



UNILA

Universidade Federal
da Integração
Latino-Americana

**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
TECNOLOGIA, INFRAESTRUTURA E
TERRITÓRIO (ILATIT)**

GEOGRAFIA – LICENCIATURA

**FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE
ENSINO DE FOZ DO IGUAÇU/PR:**

Reflexões a partir da parceria universidade e prefeitura municipal em 2019

FLÁVIA MARIA GOMES

Foz do Iguaçu
2019



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
TECNOLOGIA, INFRAESTRUTURA E TERRITÓRIO
(ILATIT)**

GEOGRAFIA – LICENCIATURA

**FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO
DE FOZ DO IGUAÇU/PR:**

Reflexões a partir da parceria universidade e prefeitura municipal em 2019

FLÁVIA MARIA GOMES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Infraestrutura, Tecnologia e Território da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de licenciatura em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Zeno Soares Crocetti

Foz do Iguaçu
2019

FLÁVIA MARIA GOMES

**FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO
DE FOZ DO IGUAÇU/PR:**

Reflexões a partir da parceria universidade e prefeitura municipal em 2019

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Zeno Crocetti Soares
UNILA

Prof. Dr(a) Leia Aparecida Veiga
UNILA

Prof. Dr(a) Eloíza Cristiane Torres
UEL

Foz do Iguaçu, ____ de _____ de ____.

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): Flávia Maria Gomes

Curso: Geografia - Licenciatura

		Tipo de Documento
(.....) graduação	(.....) artigo	
(.....) especialização	(x) trabalho de conclusão de curso	
(.....) mestrado	(.....) monografia	
(.....) doutorado	(.....) dissertação	
	(.....) tese	
	(.....) CD/DVD – obras audiovisuais	
	(.....) _____	

Título do trabalho acadêmico:

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FOZ DO IGUAÇU/PR:

Reflexões a partir da parceria universidade e prefeitura municipal em 2019

Nome do orientador(a): Zeno Soares Crocetti

Data da Defesa: 05/12/2019

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons Licença 3.0 Unported*.

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Responsável

Dedico este trabalho a todos que acreditam que a educação é um instrumento de mudança, perseverança, coragem e a abertura de novas possibilidades.

AGRADECIMENTO (S)

Aos meus familiares que acreditam nos meus sonhos e me apoiam, mesmo sem compreender as escolhas que fiz, cimentaram meu alicerce para continuar a realizar meu propósito de vida e sempre ter coragem para seguir em frente.

Aos meus amigos, que ao longo dos anos, me ouviram, criticaram de forma construtiva, colaborando para meu desenvolvimento pessoal e profissional.

Aos amigos que fiz durante essa trajetória acadêmica, em especial a Fernando Alcolea Cruz, que nessa travessia estava presente nos momentos difíceis e tranquilos, consolidando a parceria e amizade que levo para a vida, a Thays Regina Garcia, Adriana Menegol.

A ao meu professor orientador Zeno Soares Crocetti não só pela constante orientação neste trabalho, para consolidar o processo de orientação iniciado no ano de 2015 e finalizado em 2019 por meio deste trabalho.

Aos professores da banca Professora Dra Leia Aparecida Veiga que ao longo desses últimos anos se mostrou solícita as dificuldades por mim enfrentadas e pela oportunidade de desenvolver a parceria de trabalho para efetivação do curso de formação dos professores. A professora Dra Eloísa Cristiane Torres que aceitou se deslocar da cidade de Londrina, localizada no Norte do Paraná, para ser membro da banca examinadora para avaliar esse trabalho. Agradeço também ao professor Dr. Marcelo Augusto Rocha pela oportunidade de trabalhar com o Ensino de forma direta em projetos e pesquisa.

Aos colegas de curso que me auxiliaram e permitiram o crescimento pessoal e profissional através de debates ao longo do curso, a realização de trabalhos em equipe, até mesmo a administrar os conflitos diários pertinentes ao cotidiano universitário.

À Nossa Senhora Aparecida que nos dias mais difíceis intercedia por mim para que não desistisse, me encorajava e abria meus olhos para o início de uma etapa da vida.

*Ensinar é um exercício de imortalidade.
De alguma forma continuamos a viver naqueles cujos
olhos aprenderam a ver o mundo pela magia da nossa
palavra. O professor, assim, não morre jamais...*

Rubem Alves

GOMES, F.M. **Formação continuada de professores da rede municipal de Foz do Iguaçu:** Reflexões a partir da parceria universidade e prefeitura municipal em 2019. 2019. 76 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso de Geografia-Licenciatura – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2019.

RESUMO

O presente trabalho foi construído a partir da formação continuada de professores da rede municipal, pertencentes ao Ensino Fundamental – Anos Iniciais (1º ao 5º ano) de Foz do Iguaçu. O percurso do texto foi elaborado a partir da história do município, sua economia, a caracterização da educação básica na rede pública de educação tanto municipal, quanto estadual, o desempenho do Ensino Fundamental I no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, e, por fim a formação de professores e a parceria selada entre a universidade e o município. A metodologia utilizada nessa pesquisa foi o levantamento bibliográfico, a análise de dados coletados nas bases do INEP/MEC, o relato da experiência dos participantes do curso e as imagens registradas durante a realização do curso. A problematização sobre a formação continuada de professores, amparadas por legislações vigentes em âmbito nacional e municipal, em detrimento a política de avaliações de desempenho que são vinculadas a melhorias infraestruturais nas escolas.

Palavras-chave: Formação continuada de professores. Ensino Fundamental–Anos Iniciais. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- IDEB. Foz do Iguaçu.

GOMES, F.M. **Continued training of teachers from the municipal network of Foz do Iguaçu**: Reflections from the university partnership and city hall in 2019. 2019. 76 pages. Conclusion work of geography-degree course - Federal University of Latin American Integration, Foz do Iguaçu, 2019.

ABSTRACT

The present work was constructed from the continuing training of teachers from the municipal network, belonging to elementary school – Initial Years (1st to 5th year) of Foz do Iguaçu. The text path was elaborated from the history of the municipality, its economy, the characterization of basic education in the public education network both municipal and state, the performance of Elementary Education I in the Basic Education Development Index - IDEB, and, finally, the training of teachers and the partnership sealed between the university and the municipality. The methodology used in this research was the bibliographic survey, the analysis of data collected in the databases of INEP/MEC, the report of the experience of the course participants and the images recorded during the course. The problematization on the continued training of teachers, supported by legislation in force at the national and municipal levels, to the detriment of the policy of performance evaluations that are linked to improvements infrastructure in schools.

Um espaço entre Abstract e Key words.

Key words: Continued teacher training. Elementary School - Early Years. Basic Education Development Index- IDEB. Foz do Iguaçu.

GOMES, F.M. **Formación continua de profesores de la red municipal de Foz do Iguazú:** Reflexiones de la asociación universitaria y del ayuntamiento en 2019. 2019. 76 páginas. Trabajo de conclusión del curso de grado de geografía - Universidad Federal de Integración Latinoamericana, Foz de Iguazú,2019.

RESUMEN

La obra actual se construyó a partir de la formación continua de profesores de la red municipal, pertenecientes a la escuela primaria – Años Iniciales (1o a 5o año) de Foz do Iguazú. El camino del texto se elaboró a partir de la historia del municipio, su economía, la caracterización de la educación básica en la red de educación pública tanto municipal como estatal, la realización de la Educación Primaria I en el índice de Desarrollo educativo básico -IDEB, y, por último, la formación de profesores y la asociación sellada entre la universidad y el municipio. La metodología utilizada en esta investigación fue la encuesta bibliográfica, el análisis de los datos recogidos en las bases de datos del INEP/MEC, el informe de la experiencia de los participantes en el curso y las imágenes grabadas durante el curso. La problemática de la formación continua de los docentes, apoyada por la legislación vigente a nivel nacional y municipal, en detrimento de la política de evaluaciones de desempeño que están vinculadas a mejoras en infraestructura en las escuelas.

Palabras clave: Formación continua del profesorado. Escuela Primaria - Primeros Años. Índice de Desarrollo Educativo Básico- IDEB. Foz de Iguazú

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I	14
2.1 HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU.....	15
2.2 FOZ DO IGUAÇU E SUA DINÂMICA ECONÔMICA	18
CAPÍTULO II	26
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE FOZ DO IGUAÇU.....	26
CAPÍTULO III	40
4.1 ANÁLISE DO ENSINO FUNDAMENTAL-ANOS INICIAIS DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU.....	40
4.2 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA –IDEB X FORMAÇÃO DE PROFESSORES	47
CAPÍTULO IV	58
5.1 FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL-ANOS INICIAIS NO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU	58
5.1.2 METODOLOGIA UTILIZADA NO CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL-ANOS INICIAIS DE FOZ DO IGUAÇU.....	60
5.2 DESENVOLVIMENTO E PROCESSOS AVALIATIVOS DO CURSO DE FORMAÇÃO.....	63
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
REFERÊNCIAS.....	74

1 INTRODUÇÃO

Historicamente os projetos de extensão de disciplinas específicas, como a Geografia, são voltados para o Ensino Fundamental II. Este trabalho procurou trazer reflexões sobre a parceria constituída pelo município e a universidade voltado a formação continuada de professores da rede municipal de Foz do Iguaçu voltada para a disciplina de Geografia.

No capítulo I, foi realizado um resgate histórico do município e sua trajetória econômica, para podermos compreender a dinâmica da rede pública de ensino tanto municipal e estadual.

Para melhor compreensão da estrutura educacional de Foz do Iguaçu, não podemos deixar de lado as implicações econômicas e as especificidades locais. Uma vez que, por ser um município em região de fronteira, a economia local gira em torno da prestação de serviços, as atividades lícitas e ilícitas vinculadas a informalidade contribuem tanto para o giro econômico quanto para a evasão escolar principalmente no Ensino Fundamental – Anos Finais (6º ao 9º ano), quanto para o Ensino Médio – Regular.

A partir dessa realidade econômica local antes de discutir de fato a parceria entre a universidade e a prefeitura, no âmbito da formação de professores, fez-se necessário apresentar um panorama geral da educação básica pública do Município de Foz do Iguaçu. A análise de dados realizada nos trouxe um perfil geral da educação básica no município de Foz do Iguaçu.

Já no capítulo II o foco dessa análise é o quadro educacional do Município de Foz do Iguaçu, voltado ao Ensino Fundamental – Anos Iniciais, a partir da construção de uma série histórica pode ser analisado o desenvolvimento educacional do município de Foz do Iguaçu, uma vez que o município possui um dos Índices de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB do país, a parceria entre a universidade e o município para a formação de professores, da rede municipal, na disciplina de Geografia que atuam no Ensino Fundamental I.

No Capítulo III a análise realizada da parceria entre o município e a universidade, com a finalidade de promover a formação continuada ou contínua para os

professores da Rede Pública Municipal de Ensino voltada especificamente para o Ensino Fundamental – Anos Iniciais ou Fundamental I, além de apresentar informações sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB e sua territorialidade nas escolas municipais.

O capítulo IV trata da formação continuada de professores e da parceria realizada entre o município e a universidade, sendo a formação continuada dos professores do ensino básico é um dos principais fatores para uma educação escolar de qualidade.

As dificuldades encontradas no decorrer do curso, a necessidade de adaptar o curso pela demanda da secretaria municipal de educação e não pela ótica da universidade, ou seja, esse curso foi realizado a partir das demandas do município, diferente de outros cursos que a forma de trabalho, os conteúdos selecionados partem da universidade para o público-alvo.

Contudo os objetivos propostos com o curso foram alcançados, como a promoção do fomento de ações, com a finalidade de estabelecer trocas de experiências propiciando um espaço de reflexão relacionados à formação inicial e continuada de professores, com ênfase nas práticas docente, a aproximação da universidade com a comunidade e principalmente a abertura de novas parcerias da Unila com o Município de Foz do Iguaçu.

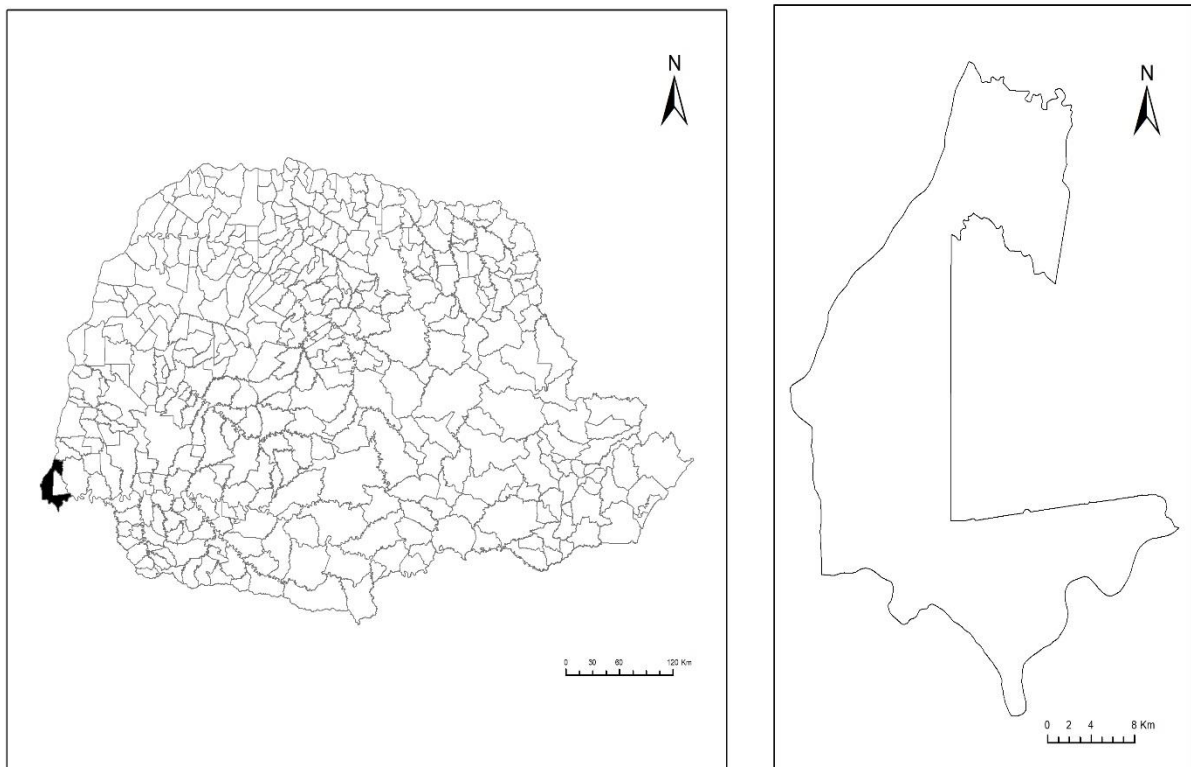
2 CAPÍTULO I

Esta seção está dividida na apresentação e caracterização do local pesquisado, através da formação histórica, econômica do município de Foz do Iguaçu.

O município de Foz do Iguaçu, fica localizado no extremo oeste do Estado do Paraná, possui uma área de 608.357 Km², segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, a população estimada em 28 de agosto do ano corrente (2019) é de 258.532 habitantes, conforme com o mapa 01 abaixo.

Mapa 01. Mapa Político do Paraná e de Localização de Foz do Iguaçu

Mapa Político do Paraná e Localização do Município de Foz do Iguaçu



Fonte: IBGE
Autoria: GOMES, FM
Elaboração: Novembro/2019

2.1 HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU

O município de Foz do Iguaçu-PR nasce dentro dessa lógica expansionista militar, com o intuito de defesa e demarcação de territórios de fronteira, para depois ser ocupada com fins de expansão territorial para a agricultura, conhecida como a “Marcha para Oeste”, ocorrida na década de 1940, estimulada pelo governo brasileiro. Essas terras, antes devolutas, concedidas as companhias colonizadoras, no intuito de lucrar com a venda de terras (especulação fundiária), promovendo o discurso de povoamento e a possibilidade de aquisição de propriedades pelos capitalistas gaúchos.

Neste sentido, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no catálogo de cidades apresenta um breve histórico da formação sócio espacial do município de Foz do Iguaçu, situado na região Oeste do Paraná.

Pesquisas arqueológicas realizadas pela Universidade Federal do Paraná no espaço brasileiro do reservatório de Itaipu, antes de sua formação, situaram em 6.000 a.C. os vestígios da mais remota presença humana na região; vários grupos humanos sucederam-se ao longo dos séculos. Os últimos que precederam os europeus (espanhóis e portugueses) foram os índios.

Em 1542, o espanhol Álvar Nuñez Cabeza de Vaca chegou ao rio Iguaçu e por ele seguiu guiado por índios Caingangues, atingindo as Cataratas e ficando o registro de que foi o 'descobridor' das quedas.

Em 1881, Foz do Iguaçu recebeu seus dois primeiros habitantes, o brasileiro Pedro Martins da Silva e o espanhol Manuel Gonzáles. Pouco depois chegaram os irmãos Goycochéa, que começaram a explorar a erva-mate. Oito anos após, foi fundada a colônia militar na fronteira - marco do início da ocupação efetiva do lugar por brasileiros e do que viria a ser o município de Foz do Iguaçu.

Em 22 de novembro de 1889, o Tenente Antonio Batista da Costa Júnior e o Sargento José Maria de Brito fundaram a Colônia Militar, que tinha competência para distribuir terrenos a colonos interessados.

Nos primeiros anos do século XX, a população de Foz do Iguaçu chegou a aproximadamente 2.000 pessoas e o vilarejo dispunha de uma hospedaria, quatro mercearias, um rústico quartel militar, mesa de rendas e estação telegráfica, engenhos de açúcar e cachaça e uma agricultura de subsistência.

Em 1910, a Colônia Militar passou à condição de 'Vila Iguassu', distrito do município de Guarapuava. Dois anos depois, o Ministro da Guerra emancipou a Colônia, tornando-a um povoamento civil entregue aos cuidados do governo do Paraná, que criou então a Coletoria Estadual da Vila.

Em 14 de março de 1914, pela Lei 1383, foi criado o município de Vila Iguaçu, instalado efetivamente no dia 10 de junho do mesmo ano, com a posse do primeiro prefeito, Jorge Schimmelpfeng, e da primeira Câmara de Vereadores. (IBGE, 2019, p.1)

O Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, realizou um levantamento da origem dos nomes dos municípios paranaenses no

ano de 2006, esse documento elaborado pelo pesquisador João Carlos Vicente Ferreira [et.al], traz a origem dos nomes e fatos históricos ocorridos na formação dos 399 municípios que compõem o Estado do Paraná.

Neste sentido a origem do nome do Município de Foz do Iguaçu nos remete as missões jesuíticas que foram enviadas para essa região de domínio espanhol, de conversão indígena, de acordo com Ferreira a etimologia do termo Foz do Iguaçu tem a seguinte origem:

Foz Substantivo feminino. Origina-se do latim “*fox focus*” ou “*fauce*” e designa ponto onde um rio termina, desaguando em outro rio, desembocadura. (ABHF, AGC). do Contração da preposição “de” (posse), com o artigo masculino “o”. Iguaçu Para o dicionarista Antenor Nascentes o termo vem do guarani “ü” (y)...água, rio + “*wa’su*”... grande, caudaloso: rio grande, rio caudaloso (AN); O escritor Francisco Filipak define o termo como guarani “*Ig*”... água, rio + “*uaçu*”... rio grande ou água grande. Segundo Gonçalves Dias, a grafia correta é Iguassú, de “y”... rio + “*guassú*”... grande: rio grande. (FERREIRA, 2006, p.121)

O município de Foz do Iguaçu, localizado na região oeste do Paraná, possui a população de 256.088 (Censo 2010, IBGE), divididos em urbano e rural, a população urbana é de 253.962, enquanto a rural é de 2.126, essa característica do município, pode ser proveniente da constante perda de território tanto pela conformação do Lago da Usina Hidroelétrica de Itaipu e pela emancipação dos distritos em municípios.

Neste contexto, a área atual do município de Foz do Iguaçu, é de 617,7 Km², apresentando a densidade demográfica de 414,58 hab/Km², de acordo com o censo demográfico de 2010.

Quadro 01: Evolução Histórica do Município de Foz do Iguaçu

Evolução Histórica do Município de Foz do Iguaçu - Paraná		
Anos	Fatos Históricos	Repercussão
Século XVI	Tratado de Tordesilhas	Domínio Espanhol
Século XVII	Tratado de Madri	Domínio Português
1864-1870	Guerra do Paraguai	Conformação de fronteiras Brasil, Argentina e Paraguai
1888	Formação da Colônia Militar	Chegada do comandante Belmiro Lobo
1895	Questão de Palmas	Território argentino incorporado ao Brasil
1910	Colônia Militar	Elevação de colônia para distrito
1912-1916	Conflito do	Perda de território do Paraná para Santa

	Contestado	Catarina
1914	Lei nº 383	Elevação para Município de Vila Iguaçu, 1º prefeito Coronel Jorge Schimmelpfeng
1918	Lei nº 1.783	Alteração do nome do município de Vila Iguaçu para Foz do Iguaçu
1943	Decreto-Lei 5.812	Criação do Território Federal do Iguaçu
1946	Constituição de 1946	Extinção do Território Federal do Iguaçu
1946	Decreto 533	Reestabelece o município de Foz do Iguaçu

Fonte: Adaptação Ferreira, 2006; Priori, 2012

Elaboração: Gomes, F. M.

Essa trajetória histórica do município de Foz do Iguaçu se reflete na sua construção econômica, assim como o Brasil o município apresenta uma economia cíclica ora em alta, ora em queda e a dependência da cotação do dólar, também influencia a forma de consumo de trabalho e o perfil dos consumidores e trabalhadores da região da fronteira.

2.2 FOZ DO IGUAÇU E A DINÂMICA ECONÔMICA

No que tange à economia de Foz do Iguaçu, é possível observar a dependência de ciclos econômicos desde sua fundação até 1950, que marcaram a vida econômica da cidade.

Segundo Lima (2001), os cinco primeiros ciclos econômicos coincidem com importantes acontecimentos no cenário nacional e mundial. O primeiro ciclo envolveu a exploração da erva-mate e o corte predatório de madeira, até então empreendidos por companhias estrangeiras a serviço do capital inglês, dominante na Argentina neste período.

A vinda de colonos na primeira metade do século XX para a região oeste do Paraná, caracteriza o segundo ciclo, em que os colonos de origem germânica, eslava, italiana, deram início ao processo rudimentar de cultivo das terras desmatadas pelas madeiras, ou em grande parte os colonos desmatavam a área para a constituição de uma agricultura de subsistência. A isso, seguiu-se o terceiro ciclo, marcado pela recessão econômica desencadeada pela crise de 1929 e pelo conflito político nacional desencadeado pela subida de Vargas ao poder.

Em meados da década de 1930, com a implantação da Primeira Companhia Independente de Fronteira e a criação do Parque Nacional do Iguaçu, inaugura-se o quarto ciclo econômico. A vinda dos militares da Companhia teve o intuito de povoar a fronteira e diminuir a poder das empresas argentinas que exploravam os recursos naturais (erva-mate e madeira); a reserva do Parque, por sua vez, proporcionou a vinda de servidores públicos civis que começaram a movimentar o comércio local, consolidando a circulação de serviços e a insipiente indústria do turismo.

Neste contexto de um período pós-guerra e com o início da ditadura militar no Brasil, o anuncio e a construção da Ponte Internacional da Amizade, ligando o Brasil ao Paraguai marca o desenvolvimento das relações comerciais entre os dois países e mantém o crescimento econômico na região.

Esta ponte possui uma extensão de 554 metros, era de importância vital para Foz do Iguaçu, porque além de ligar os dois países, desenvolveu as relações comerciais do Brasil e do Paraguai e proporcionando uma saída para o mar que favoreceu o desenvolvimento da exportação dos produtos paraguaios. (LIMA, 2001, p.67-68).

O sexto ciclo movimentado pelas grandes obras de infraestruturas a vinda de grandes empreiteiras para a execução dessas obras gerou um crescimento populacional desordenado e o início da configuração territorial e desigual na cidade.

Neste contexto, Brandão (2012, p. 118) afirma que “ a articulação comercial promovida nesse período de integração do mercado nacional via comércio de mercadorias (1930-1955) engendra e requer a complexificação das relações cidade-campo”. É nesse espírito de integração regional interna, juntamente com o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) e a necessidade da circulação de mercadorias no território brasileiro, que se desenvolveram as grandes obras de engenharia que foram construídas neste período.

A importância de ressaltar a saída de um período pós-guerra e o mundo em reconstrução, o capitalismo em pleno avanço e as desigualdades crescendo em um ritmo exponencial. Benko (1999, p.6) “ a homogeneização espacial das economias nacionais torna-se prioritária nos países desenvolvidos. Nasce o ordenamento do território. [...] a aplicação de espacial da economia ou mesmo com a construção de uma justiça espacial”. Essa necessidade surge perante a reconstrução mundial e nesse período de necessidade de desenvolvimento regional as teorias locacionais ganham força e tendem a se espalhar de forma desigual pelos territórios.

Não obstante, o sétimo ciclo econômico da história de Foz do Iguaçu durou cerca de 20 anos (1965-1985), baseado também em obras infraestruturais de grande monta e importância para a cidade. A construção da BR-277 interligou a cidade de Foz do Iguaçu aos grandes centros brasileiros, seguindo o modelo de modernização conservadora vigente politicamente no Brasil. O objetivo da construção da estrada primeiramente favoreceu o turismo na região, facilitando a circulação de pessoas de vários lugares do país até Foz do Iguaçu.

Neste contexto, a construção do Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu e a pavimentação da rodovia das Cataratas fomentaram o crescimento das telecomunicações e o fluxo de turistas de outras partes não só do país, bem como do mundo. O anúncio da construção da Usina Hidroelétrica de Itaipu, uma obra de grandes proporções, modificaria profundamente a estrutura territorial de Foz do Iguaçu e região.

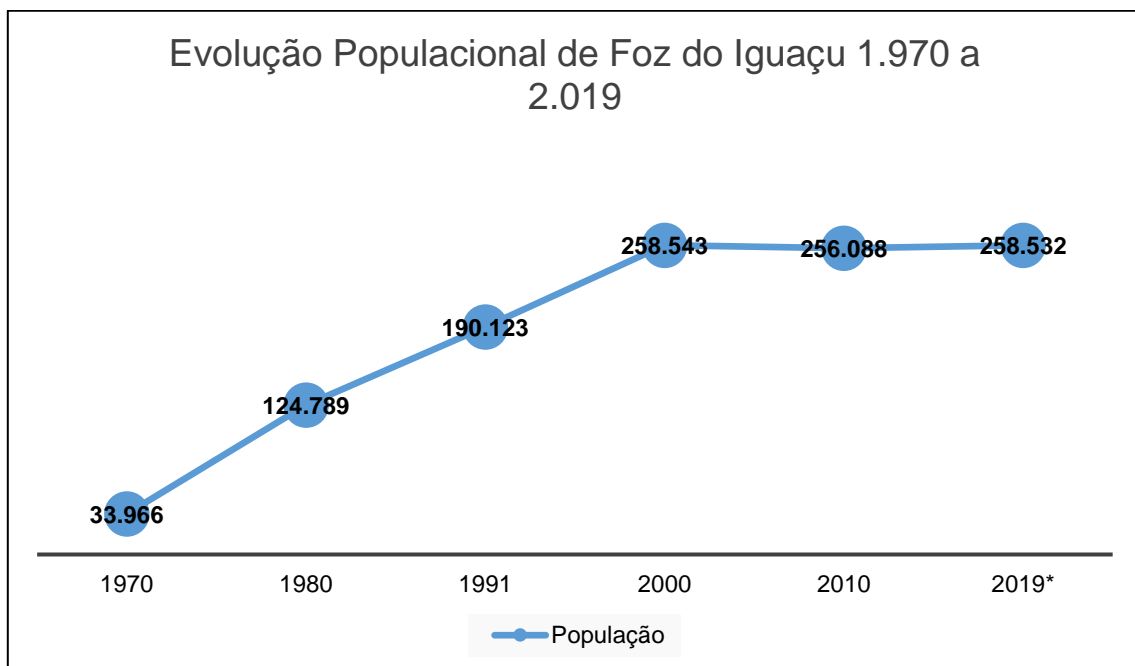
A construção da Itaipu Binacional criou demandas territoriais e uma

dinâmica de serviços específicas para a região, o fluxo migratório de trabalhadores na construção da barragem, a população de Foz do Iguaçu aumentou violentamente neste período gerando conflitos sociais, infraestruturais e um crescimento desordenado da cidade.

A construção da Hidrelétrica de Itaipu (Brasil - Paraguai), iniciada na década de 70, causou fortes impactos em toda a região, aumentando consideravelmente o contingente populacional de Foz do Iguaçu. Em 1960, o município contava com 28.080 habitantes e, em 1970, com 33.970, passando a ter, em 1980, 136.320 habitantes e registrando um crescimento de 385%, estimando-se hoje uma população de 255.900 habitantes. (FOZ DO IGUAÇU, 2019, P.1)

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE a população geral de Foz do Iguaçu, evoluiu e diminuiu acompanhando o andamento da obra da construção da Usina Hidroelétrica de Itaipu, conforme demonstrado pelo gráfico 01.

Gráfico 01. Evolução Populacional de Foz do Iguaçu 1.970 a 2.019



Fonte: IBGE

*População estimada

Elaboração: Gomes, F.M.

Em contrapartida, segundo Lima (2001), novos hotéis e restaurantes eram construídos a cada dia, a cidade começava a receber grandes excursões de turistas e trabalhadores. Tiveram início as obras de esgoto, saneamento básico, pavimentação asfáltica, calçamento e a implantação de órgãos do governo estadual, por meio de

escritórios regionais.

Ao despontar um novo ciclo econômico na cidade de Foz do Iguaçu, convivendo com turismo de contemplação propagado nacionalmente, surge um bairro de comércio popular fora do circuito turístico do eixo Centro-Parque Nacional do Iguaçu. O bairro comercial Vila Portes, inicialmente bairro acolhedor dos imigrantes de origem árabes, o bairro era constituído de várias lojinhas que comercializavam de produtos populares que atendiam a demanda de consumo dos trabalhadores da obra de Itaipu.

Lima (2001, p. 97-98) descreve o nascimento de um polo econômico na região oeste do Paraná tendo como principal cidade Foz do Iguaçu neste período:

O comércio da Vila Portes prosperava, a Itaipu estava em seu auge e Foz do Iguaçu entrava em seu oitavo ciclo econômico, ocupando os primeiros lugares como um dos polos econômicos do estado do Paraná [...]. Mas a cidade de Foz do Iguaçu era notícia Nacional. Considerada uma das cidades mais prósperas do Brasil. O comércio da Vila Portes virou zona de exportação e chegava gente de todo o Brasil para a construção da Usina de Itaipu. Com a somatória dessas vantagens turismo, exportação e Itaipu “homens de visão” fizeram fortuna da noite para o dia. (LIMA, 2001, p.97-98)

As empresas instaladas na região da Vila Portes e Jardim Jupira aproveitaram a proximidade de Foz do Iguaçu com Ciudad del Este (antiga Presidente Stroessner); e se transformaram em grandes exportadoras que empregavam muitos trabalhadores de forma formal e informal em suas atividades.

Milton Santos, destaca que a tecnologia é fundamental para a concentração de polos ou pontos de desenvolvimento específicos no território e esses postos facilitam o consumo.

A produção, especialmente aquela que requer um alto nível de tecnologia, tendo a se concentrar em postos específicos. O consumo responde a forças de dispersão porque a capacidade de consumir varia qualitativa e quantitativamente através do espaço. (SANTOS, 2004, p. 126).

Neste contexto, Alves (2011 p.10), apresenta que “o desenvolvimento regional é entendido numa delimitação de fronteiras, onde cada paisagem econômica tem uma área de atuação, uma área de mercado” por sua vez a concentração de empresas em determinadas regiões é planejada e executada de forma a baratear os custos de matérias-primas, mão de obra, transporte das empresas.

Ao passo da construção e consolidação de polos econômicos de desenvolvimento, as teorias locacionais são importantes no estudo das localizações industriais, de serviços, de transportes e também para as análises regionais. Essas teorias foram aplicadas em vários países e importadas para o Brasil, para poder desenvolver algumas localidades do território de forma que as possibilidades econômicas tanto para os empresários e elites locais possam diminuir seus custos e lucrar com essas análises territoriais.

O princípio básico é do mercado, aquele que diz respeito à distribuição espacial de bens centrais por um número mínimo de localidades centrais; o segundo princípio é o princípio do tráfego ou da circulação, que é o de satisfazer o máximo de demanda para transporte com o mínimo de custo, o que vale tanto no estabelecimento do tráfego, quanto para a operação do sistema de transporte; o terceiro princípio da administração, que tem como objetivo principal o da criação de uma estrutura administrativa hierarquizada em grande parte atendido de acordo com o princípio de mercado. (SILVA, 1976.p. 10)

Essa grande circulação de pessoas, produtos, disponibilização de serviços gerados por um período de expansão do capital, onde relatos de moradores e dos autores confluem em um sentido de saudosismo ao relatar esta época de ouro da cidade de Foz do Iguaçu anteriores ao Plano Real que marca o nono ciclo econômico da cidade.

Havia a exportação para o Paraguai, o turismo de compras estava em seu apogeu, cobrava-se ingresso de passageiros e ônibus na entrada da cidade, eram arrecadados milhões de dólares, os royalties da Itaipu já estavam sendo pagos regularmente, a construção civil não parava de crescer [...]. Os primeiros sintomas da crise monstruosa que assola o país se pronunciava, Foz do Iguaçu começava a enfrentar seriamente este problema, empresas fechavam as portas, propriedades começavam a se desvalorizar, a fiscalização da Receita Federal começou a “bater duro” nos compristas, porque estavam decididos a acabar com o “contrabando” consentido [...] (LIMA, 2001, p.108)

Em meio ao cenário de crise nacional que assolava todo o crescimento econômico das últimas décadas, Brandão (2012) afirma que a partir da “crise da dívida dos países periféricos, com a ruptura do circuito do financiamento externo tivemos inúmeras imposições ao crescimento por parte do FMI” (Fundo Monetário Internacional); ainda Brandão (2012) apresenta as imposições como as pressões hiperinflacionárias, a criação de uma moeda indexada (no Brasil a criação do Plano Real), o aprofundamento da crise fiscal-financeira do estado, entre outras.

Não obstante, a derrocada da economia iguaçuense neste período se

confunde com as políticas internacionais impostas aos países em subdesenvolvimento, via Consenso de Washington, umas das medidas que mais afetaram o aprofundamento da crise é a liberação do controle da taxa de câmbio, a equivalência de valores para o dólar e perante a recém moeda criada o Real. A flutuação cambial gerou reflexos diretos na circulação de pessoas e mercadorias na formatação da economia da cidade.

A transição do nono para o décimo ciclo econômico de Foz do Iguaçu é marcado pelo empobrecimento da população e o enriquecimento dos cofres públicos, perante a queda das exportações e do fluxo de compristas na cidade.

Lima (2001) ressalta a força policial na repressão aos “muambeiros” (pessoas que realizam as compras no Paraguai e revendem no Brasil”; neste caso, pessoas originadas da cidade de São Paulo que revendem estes produtos na região da 25 de março e no bairro de Santa Efigênia). O comércio exportador da região da Vila Portes foi totalmente sufocado pelo Mercosul; o Jardim Jupira, bairro exportador ao lado da Vila Portes transformou-se em uma “cidade fantasma” [...] (LIMA, 2001 p.120-121).

O desemprego aumentava, a violência crescia desordenadamente e o território antes usado para o progresso, a geração de riquezas para a cidade passa a ser dominado pelo fluxo de produtos provenientes do descaminho (contrabando) e de ilícitos.

Os aglomerados subnormais (segundo o IBGE) ou a favelização, as ocupações em áreas próximas a barranca do Rio Paraná e a violência nessa região, crescem concomitantemente com a decadência econômica da cidade e a falta de alternativas que absorvam o contingente de mão-de-obra dispensada pelas empresas.

Por outro lado, surge uma esperança para as empresas que resistiram a este cenário, com a assinatura do Tratado de Assunção que cria o Mercosul (Mercado Comum do Cone Sul). Essa inserção de Foz do Iguaçu no Mercosul não foi com a atração de empresas para a cidade, pelo contrário as empresas se instalaram nos países vizinhos, Paraguai e Argentina e utilizam Foz do Iguaçu apenas como corredor logístico para o escoamento dos produtos para a exportação.

No ano de 1997, as recomendações feitas aos países que compõem o Mercosul, era a melhoria na infraestrutura e um planejamento de obras viárias facilitariam a circulação de mercadorias na região. De acordo com o INTAL – Informe do Mercosul,

emitido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, apresentava o estudo de viabilidade para a construção de uma segunda ponte ligando o Brasil ao Paraguai na região de Foz do Iguaçu. Segundo o relatório, (INTAL, 1997, p.41) a obra da segunda ponte entre a cidade de Foz do Iguaçu e Cidade do Leste, estava orçada com o custo de US\$ 75 milhões, ainda em fase de estudos de viabilidade.

Neste contexto, Silva (2014) esboça a partir de 2003 com a chegada da esquerda ao poder um novo ciclo econômico o décimo primeiro para Foz do Iguaçu, baseado na consolidação da cidade como corredor logístico e um futuro polo universitário com a construção de novas universidades e a grande procura de estudantes brasileiros pelas faculdades de medicina paraguaias, com o custo da mensalidade baixíssimo em relação as universidades brasileiras.

No ano de 2011, a mídia local e internacional, veicularam a informação da obra “clamada pela população da fronteira”, a então presidente da República Federativa do Brasil – Dilma Rouseff, juntamente com o presidente da República do Paraguai – Fernando Lugo, assinaram o acordo da viabilidade da construção da segunda ponte ligando o Brasil e o Paraguai e a construção de um anel viário entre Cidade do Leste, Presidente Franco no Paraguai e Foz do Iguaçu, no Brasil.

Na data de 10 de maio do ano corrente (2019), a Pedra Fundamental do início das obras da Segunda Ponte, nomeada de “Ponte da Integração”, localizada no Marco das Três fronteiras na cidade de Foz do Iguaçu, o então Presidente da República Federativa do Brasil Jair Bolsonaro, esteve na cidade para consolidar o acordo celebrado no ano de 2011 e dar início às obras ainda em 2019.

Segundo o Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes-DNIT, a obra da Ponte da Integração deverá durar cerca de 36 meses, conforme nota oficial publicada. A pedra fundamental da segunda ponte entre Brasil e Paraguai foi lançada nesta sexta-feira (10), em Foz do Iguaçu (PR). A solenidade contou com a presença dos presidentes do Brasil, Jair Bolsonaro, e do Paraguai, Mario Abdo Benítez; do ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas; e do diretor de Infraestrutura Rodoviária do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT), Euclides Bandeira Neto. O DNIT terá a responsabilidade de supervisionar o empreendimento, além de seguir com a competência técnica de aprovar os projetos da segunda ponte entre os dois países. O Conselho de Administração de Itaipu aprovou a construção da obra com recursos da própria binacional. O investimento total será de R\$ 462.995.564,22, considerando obras de estrutura, desapropriações e a construção de uma perimetral no lado brasileiro. O diretor-geral brasileiro de Itaipu, general Joaquim Silva e Luna, explica que o investimento será diluído ao longo do orçamento dos próximos três ou quatro anos, sem onerar a tarifa de Itaipu, para não prejudicar o consumidor brasileiro. Por meio

de um convênio de delegação, todas as obras serão gerenciadas pelo governo do Paraná. A estimativa é que a construção comece ainda no primeiro semestre e termine no prazo de 36 meses. A segunda ponte será construída no Rio Paraná, entre Foz do Iguaçu (PR) e Presidente Franco, cidade paraguaia vizinha a Ciudad del Este, onde está localizada a Ponte da Amizade. (DNIT, 2019, p.1)

As obras da segunda ponte, trouxe a princípio um alívio para a economia local, que vem sofrendo perdas significativas com a alta do dólar, cotado a cerca de R\$ 4,00, esta perda é sentida pelos lojistas tanto em Cidade do Leste quanto em Foz do Iguaçu.

Para melhor compreensão da estrutura educacional de Foz do Iguaçu, não podemos deixar de lado as implicações econômicas e as especificidades locais. Uma vez que, por ser um município em região de fronteira, a economia local gira em torno da prestação de serviços, as atividades lícitas e ilícitas vinculadas a informalidade contribuem tanto para o giro econômico quanto para a evasão escolar principalmente no Ensino Fundamental – Anos Finais (6º ao 9º ano), quanto para o Ensino Médio – Regular.

A partir dessa realidade econômica local antes de discutir de fato a parceria entre a universidade e a prefeitura, no âmbito da formação de professores, fez-se necessário apresentar um panorama geral da educação básica pública do Município de Foz do Iguaçu.

CAPÍTULO II

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE FOZ DO IGUAÇU

A educação básica de Foz do Iguaçu, é formada pela rede pública, nos âmbitos municipal, estadual, federal e privada. Este trabalho apresenta a educação pública do município de Foz do Iguaçu. Para a apresentação dos dados de forma geral, engloba a rede estadual e municipal e o tipo de oferta, isto é, Ensino Regular e suas divisões: creche educação infantil, ensino fundamental anos iniciais (1º ao 5º ano), ensino fundamental anos finais (6º ao 9º ano), ensino médio e a educação de Jovens e adultos - EJA.

O Plano Nacional de Educação, ressalta a educação como direito garantido constitucionalmente, conforme descrito no artigo 214 Art.:

214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - melhoria da qualidade do ensino; IV - formação para o trabalho; V - promoção humanística, científica e tecnológica do País. VI -estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. (BRASIL, 1988 p.58)

A nossa Carta Magna, rege a forma de acesso, distribuição de recursos e a formação do sistema educacional brasileiro, em seus diversos âmbitos e entes federativos (municípios, estados, distritos federais e união), todo artigo constitucional cabem regulamentações para sua aplicação na prática. Para regulamentar o artigo 214, foi votada a Emenda Constitucional nº 59 de 2009, que acrescentou algumas metas para a educação brasileira, como a erradicação do analfabetismo, a universalização do atendimento escolar, entre outros.

Essa Emenda serviu como base para o Plano Nacional de Educação -PNE, proveniente da Lei nº 13.005 de 13 de junho de 2014, nele está descrito o percentual do Produto Interno Bruto (PIB), destinado a educação.

Art. 2º São diretrizes do PNE: I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; IV - melhoria da qualidade da educação; V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País; VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; IX - valorização dos (as) profissionais da educação; X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental. (BRASIL, 2019, p.1)

O Plano Nacional de Educação, possui algumas metas para ser cumpridas pelo sistema educacional brasileiro, como o aumento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, a universalização do ensino, a promoção dos direitos humanos, ente outros pontos voltados para a formação para o trabalho e de cidadãos.

Os professores imersos em uma realidade desigual de escolas localizadas no mesmo município, a implantação das metas do PNE, perpassa por interesses políticos e econômicos nas diversas esferas, influenciando a melhoria ou o sucateamento do sistema educacional brasileiro, ou popularmente difundido como sucateamento/desmonte da educação pública.

Esse aparato legal serviu como base para a construção, aprovação e implantação da Base Nacional Comum Curricular-BNCC, prevista para iniciar no Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais a partir de 2020.

Neste sentido, escola responde hierarquicamente a Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED/PR, submetidos os núcleos regionais, neste caso Núcleo Regional de Educação - NRE – Foz do Iguaçu. Todas as resoluções, normas, atos administrativos são provenientes da Administração Pública Estadual e Federal.

No âmbito federal temos o Programa Nacional de Distribuição do Livro Didático – PNLD, vinculado ao Ministério da Educação- MEC, anualmente o Censo Escolar é enviado para a Administração Pública Federal, assim como a frequência dos alunos que são beneficiários do Programa Bolsa Família, programa este que vincula o pagamento do benefício a frequência escolar dos alunos.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- IDEB, atrelado a realização de provas em um dia letivo especificado pelo MEC e adaptado ao Calendário

Escolar do Estado, tem por objetivo analisar os resultados e verificar se os municípios e estados estão cumprindo as metas do Plano Nacional de Educação - PNE.

Deste modo, as redes estadual e municipal de educação estão promovendo formações de acordo com a Nova BNCC, desde a escolha do livro didático, Programa Nacional do Material Didático –PNLD, os planos de aula as mudanças do Projeto Político Pedagógico e no Regimento Escolar para a implantação no início do ano letivo em 2020.

A pressão sofrida tanto pelos municípios quanto pelos estados, vão de encontro com as metas do Plano Nacional de Educação, ainda vigente até 2021, principalmente no que tange o aumento da qualidade da educação, vinculado diretamente ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica-IDEA.

Por outro lado, organismos internacionais como a Unesco, reforçam essas políticas de educação baseada em índices para obtenção de financiamentos para algumas áreas, conforme apresentada na Declaração de Incheon em 2015, intitulada “Educação 2030”.

A prática de avaliação da educação por meio de índices nos remete ao modelo de ensino tradicional, Mizukami (1986) enfatiza que esse processo de ensino é centrado no professor, essa abordagem nos remete a educação como produto. A ênfase no processo de aprendizagem não é percebida, uma vez que o aluno é um mero reproduzidor do conhecimento transmitido pelo professor, em contrapartida o aluno deverá ter bons resultados em avaliações.

Neste sentido, a rede pública de ensino vem sendo pressionada para produzir alunos que produzam resultados nessas avaliações com o intuito de atrelar os índices a verba destinada aos estabelecimentos de ensino público, ou seja, se a escola possuir um IDEB alto, conseqüentemente ela terá acesso há benefícios, projetos em contra turno, verbas específicas para melhorias na infraestrutura escolar. No entanto, as escolas que não se enquadrarem nesse sistema sofrerão sanções e, possivelmente o fechamento de turmas ao longo do tempo, assim como vem acontecendo com as escolas em diversos municípios paranaenses.

O panorama geral da educação básica no município de Foz do Iguaçu, está representado através das tabelas 01; 02; 03; 04; 05 e 06; através do número de matrículas

na rede pública de educação tanto estadual quanto municipal.

Nota-se que desde a Educação Infantil até a educação de Jovens e Adultos, de acordo com a tabela 01, contempla os alunos matriculados em toda a oferta da rede pública. A Educação Infantil é dividida em creche e pré-escola, no município de Foz do Iguaçu no ano de 2013 estavam matriculados na creche 3.574 alunos e na pré-escola 4.088.

Já o Ensino Fundamental é dividido em duas modalidades a primeira de responsabilidade dos municípios – Ensino Fundamental – Anos Iniciais (Ensino Fundamental I) e a segunda de responsabilidade dos Estados ficaram o Ensino Fundamental – Anos Finais (Ensino Fundamenta II); Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos.

No ano de 2013 as matrículas do Ensino Fundamental –Anos Iniciais (1º ao 5º ano) corresponderam a 17.371 alunos, no município de Foz do Iguaçu, para o Ensino Fundamental – Anos Finais (6º ao 9º ano) totalizaram 15.904. Para o Ensino Médio 10.185 matrículas e, por fim a Educação de Jovens e Adultos – EJA 4.196 alunos.

A universalização do acesso à educação básica, prevista no Plano Nacional de Educação, de acordo com os números apresentados, vem sendo cumprida no Município de Foz do Iguaçu, deve ser levado em consideração, principalmente as matrículas realizadas na rede pública, tanto municipal quanto estadual, a vinculação do pagamento do Programa Bolsa Família, a frequência escolar.

A tabela 02, nos mostra os dados referentes as matrículas referentes ao ano de 2014, desde a creche até a Educação de Jovens e Adultos. De acordo com o artigo 29 da LDB, “a educação infantil é a primeira etapa da educação básica, é a única vinculada a uma idade própria”. A creche deverá atender crianças de 0 a 3 anos, enquanto a pré-escola de 4 a 5 anos de idade.

Os alunos que frequentaram a creche no ano de 2014 na rede pública municipal de Foz do Iguaçu somaram 3.574 e na pré-escola 4.063. Já no Ensino Fundamental- Anos Iniciais foram 17.499 matrículas, no Ensino Fundamental – Anos Finais ou Fundamental II 15.231, No Ensino Médio 10.182 e na modalidade Educação de Jovens e Adultos 4.814 alunos.

No ano de 2015, de acordo com a tabela 03, nos mostra um panorama da educação iguaçuense, as crianças em idade de atendimento da creche 2.143 foram matriculadas, na pré-escola 4.063, no Ensino Fundamental I 16.923, no Ensino Fundamental II 14.676, já no Ensino Médio 10.153 e, por fim na Educação de Jovens e Adultos 4.111.

Não obstante, no ano de 2016 as matrículas realizadas na creche somaram 2.304, na Pré-escola 4.351, no Ensino Fundamental I 18.003, no Ensino Fundamental 12.858, já no Ensino Médio 9.723 e na modalidade Educação de Jovens e Adultos 4.091 alunos matriculados.

A tabela 05, apresenta a quantidade de alunos matriculados em toda rede pública do município de Foz do Iguaçu, no ano de 2017, na creche foram 2.839 matrículas, na pré-escola 4.724, no Ensino Fundamental I 18.338, no Ensino Fundamental II 12.770, no Ensino Médio 9.066 e para finalizar na Educação de Jovens e Adultos somaram 4.608 alunos matriculados.

Por fim, a tabela 06 apresenta os dados dos alunos matriculados no ano de 2018 na rede de educação pública de Foz do Iguaçu, tanto no âmbito municipal quanto estadual. A quantidade de alunos matriculados, de 0 a 3 anos na creche somaram 2.918, de 4 a 5 anos, na pré-escola 5.176, no Ensino Fundamental – Anos Iniciais, a partir dos 6 anos de idade, totalizaram 17.150, no Ensino Fundamental – Anos Finais 13.574, no Ensino Médio 8.681, para finalizar 4.600 na modalidade Educação de Jovens e Adultos.

A universalização da educação prevista, tanto da Carta Magna, quanto no Plano Nacional de Educação, vigente até 2021, ainda não tem nenhum projeto em pauta para sua alteração, proporcionou um grande fluxo de matrículas na Educação Infantil (creche e pré-escola). Sabe-se que a oferta de vagas para crianças na faixa etária de 0 a 3 anos é deficitária no município de Foz do Iguaçu, assim como na pré-escola de 4 a 5 anos, o município oferta vagas parciais para a população de forma geral, podendo comprometer a entrada de crianças em idade de creche na educação básica por não estão matriculadas.

Ao passo que as matrículas na pré-escola durante o período analisado de 2013 a 2018, possuem um déficit de oferta de vagas significativas, isto é, praticamente é o dobro das matrículas de crianças em idade de frequentarem a creche, essa falta de vagas

começa a aparecer significativamente a partir do ano de 2014, e se aprofundando nos anos seguintes até 2018.

Os dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP comprovam esse déficit de vagas e a diferença entre as matrículas realizadas nas creches e na pré-escola. O acesso à educação na rede pública municipal de ensino acontece de fato a partir dos 4 anos de idade na pré-escola.

Neste contexto, as falhas ao acesso à educação se inicia logo nos primeiros anos da idade escolar, uma vez que a Educação Infantil já possui falhas, ou seja, a demanda é maior do que a oferta de vagas em estabelecimentos de ensino público.

O fluxo escolar representado nas tabelas a seguir, lança luz sobre a importância do acesso e permanência dos alunos na rede pública de ensino, esse fluxo alimentado anualmente por crianças em idade escolar, 0 a 17 anos (desde a Educação Infantil até o Ensino Médio Regular).

Tabela 01. Alunos Matriculados na Rede Pública de Educação em 2013.

Unidades da Federação Municípios Dependência Administrativa	Matrícula inicial Ano 2013													
	Ensino Regular										EJA			
	Educação Infantil				Ensino Fundamental				Médio		EJA Presencial			
	Creche		Pré- escola		Anos Iniciais		Anos Finais				Fundamental		Médio	
	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral
FOZ DO IGUACU														
Estadual Urbana	-	-	-	-	-	-	15.264	640	9.922	263	2.227	-	1.641	-
Estadual Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Municipal Urbana	210	3.069	2.353	184	15.453	1.641	-	-	-	-	328	-	-	-
Municipal Rural	-	-	11	-	210	67	-	-	-	-	-	-	-	-
Estadual e Municipal	210	3.069	2.364	184	15.663	1.708	15.264	640	9.922	263	2.555	-	1.641	-

Fonte: INEP, 2019, p. 01

Tabela 02. Alunos Matriculados na Rede Pública de Educação em 2014.

Unidades da Federação Municípios Dependência Administrativa	Matrícula inicial Ano - 2014													
	Ensino Regular										EJA			
	Educação Infantil				Ensino Fundamental				Médio		EJA Presencial			
	Creche		Pré- escola		Anos Iniciais		Anos Finais				Fundamental		Médio	
	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral
FOZ DO IGUACU														
Estadual Urbana	-	-	-	-	-	-	14.699	532	9.879	303	2.412	-	1.863	-
Estadual Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Municipal Urbana	48	1.739	3.973	115	13.499	3.706	-	-	-	-	539	-	-	-
Municipal Rural	-	-	-	-	179	115	-	-	-	-	-	-	-	-
Estadual e Municipal	48	1.739	3.973	115	13.678	3.821	14.699	532	9.879	303	2.951	-	1.863	-

Fonte: INEP, 2019, p.1

Tabela 03. Alunos Matriculados na Rede Pública de Educação em 2015.

Unidades da Federação Municípios Dependência Administrativa	Matrícula inicial Ano -2015											
	Ensino Regular										EJA	
	Educação Infantil				Ensino Fundamental				Médio		EJA Presencial	
	Creche		Pré- escola		Anos Iniciais		Anos Finais				Fundamental	Médio
	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral		
FOZ DO IGUACU												
Estadual Urbana	-	-	-	-	-	-	14.154	522	9.908	245	2.266	1.605
Estadual Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Municipal Urbana	202	1.941	4.046	17	11.799	4.877	-	-	-	-	240	-
Municipal Rural	-	-	-	-	247	-	-	-	-	-	-	-
Estadual e Municipal	202	1.941	4.046	17	12.046	4.877	14.154	522	9.908	245	2.506	1.605

Fonte: INEP, 2019 p.1

Tabela 04. Alunos Matriculados na Rede Pública de Educação em 2016.

Unidades da Federação Municípios Dependência Administrativa	Matrícula inicial Ano -2016												
	Ensino Regular										EJA		
	Educação Infantil				Ensino Fundamental				Médio		EJA Presencial		
	Creche		Pré- escola		Anos Iniciais		Anos Finais				Fundamental	Médio	
	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral			
FOZ DO IGUACU													
Estadual Urbana	-	-	-	-	-	-	12.616	242	9.461	262	2.195	1.664	
Estadual Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Municipal Urbana	1.504	800	4.313	38	16.286	1.684	-	-	-	-	232	-	
Municipal Rural	-	-	-	-	33	-	-	-	-	-	-	-	
Estadual e Municipal	1.504	800	4.313	38	16.319	1.684	12.616	242	9.461	262	2.427	1.664	

Fonte: INEP, 2019 p.1

Tabela 05. Alunos Matriculados na Rede Pública de Educação em 2017.

Unidades da Federação Municípios Dependência Administrativa	Matrícula inicial - Ano - 2017											
	Ensino Regular										EJA	
	Educação Infantil				Ensino Fundamental				Médio		EJA Presencial	
	Creche		Pré- escola		Anos Iniciais		Anos Finais				Fundamental	Médio
	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral		
FOZ DO IGUACU												
Estadual Urbana	-	-	-	-	-	-	12.580	190	8.804	262	2.402	1.924
Estadual Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Municipal Urbana	1.522	1.317	4.704	20	15.149	3.147	-	-	-	-	282	-
Municipal Rural	-	-	-	-	42	-	-	-	-	-	-	-
Estadual e Municipal	1.522	1.317	4.704	20	15.191	3.147	12.580	190	8.804	262	2.684	1.924

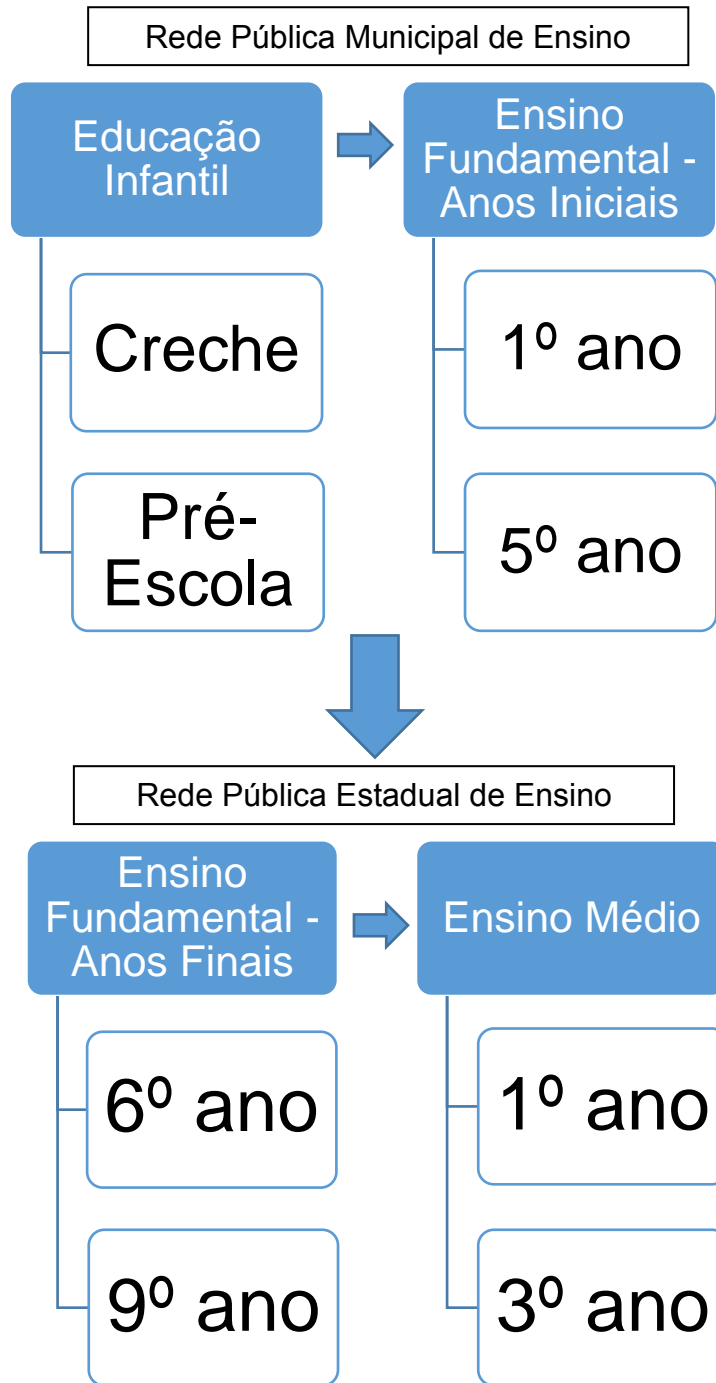
Fonte: INEP, 2019 p.1

Tabela 06. Alunos Matriculados na Rede Pública de Educação em 2018.

Unidades da Federação Municípios Dependência Administrativa	Matrícula inicial - Ano 2018											
	Ensino Regular										EJA	
	Educação Infantil				Ensino Fundamental				Médio		EJA Presencial	
	Creche		Pré- escola		Anos Iniciais		Anos Finais				Fundamental	Médio
	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral		
FOZ DO IGUACU												
Estadual Urbana	-	-	-	-	-	-	13.569	5	8.382	299	2.275	1.994
Estadual Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Municipal Urbana	2.054	864	5.176	-	16.875	237	-	-	-	-	331	-
Municipal Rural	-	-	-	-	38	-	-	-	-	-	-	-
Estadual e Municipal	2.054	864	5.176	-	16.913	237	13.569	5	8.382	299	2.606	1.994

Fonte: INEP, 2019 p.1

O fluxo escolar, isto é, os alunos que alimentam as series ou anos seguintes formam um sistema de continuo e interdependente da rede municipal e da rede estadual de educação, neste caso em que a análise é voltada para a rede pública de ensino, o ponto de intersecção entre as redes é o 5º ano do Ensino Fundamental – Anos Iniciais ou Fundamental I, que alimenta a quantidade de turmas de 6º ano na rede estadual de educação, conforme apresentado no esquema abaixo.



Esse conjunto de relações entre a rede municipal e estadual de ensino é mais profundo do que representa de fato à primeira vista, a mudança da rotina escolar dos alunos, a forma em que as políticas públicas voltadas para a educação atingem a escola de forma diferente, a gestão municipal ou local, e, tese, é mais próxima da sociedade, diferente da rede estadual que depende das decisões da Secretaria Estadual de Educação para tomar algumas decisões.

Neste sentido, Kimura (2018 p.19) apresenta a escola como uma teia de relações, nela, estão contidas relações entre a sociedade e Estado representados pelos materiais voltados para o ensinar-aprender (livros didáticos e materiais paradidáticos); o pensar-fazer como fonte do ensinar-aprender (metodologia e práticas pedagógicas de ensino); a organização dos tempos e espaços escolares (tempo de permanência na escola, pode ser considerado as horas diárias e/ou anos de escolarização) e; por fim, o sistema de ensino e as políticas públicas.

No que tange o cotidiano escolar, essa teia de relações permeia o cotidiano escolar e se reflete no trabalho do professor, na forma de abordar os conteúdos, no uso do material didático, nas decisões políticas que afetam a escola diretamente e se refletem no dia a dia do professor.

As políticas públicas relacionadas a idade de escolarização garantem o direito de frequentar a escola, após as análises obtidas por meio das tabelas no período de 2013 a 2018, foi verificado que aproximadamente 20% da população do município de Foz do Iguaçu, estava matriculada em alguma modalidade de ensino oferecida pela rede pública municipal e estadual de educação.

O foco dessa análise é o quadro educacional do Município de Foz do Iguaçu, voltado ao Ensino Fundamental – Anos Iniciais, a partir da construção de uma série histórica pode ser analisado o desenvolvimento educacional do município de Foz do Iguaçu, uma vez que o município possui um dos Índices de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB do país, a parceria entre a universidade e o município para a formação de professores, da rede municipal, na disciplina de Geografia que atuam no Ensino Fundamental I.

CAPÍTULO III

4.1 ANÁLISE DO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU

O foco deste trabalho é analisar a parceria entre o município e a universidade, com a finalidade de promover a formação continuada ou contínua para os professores da Rede Pública Municipal de Ensino voltada especificamente para o Ensino Fundamental – Anos Iniciais ou Fundamental I.

O Plano Nacional de Alfabetização – PNA publicado em 11 de abril de 2019, por meio do Decreto 9.765, regulamenta a alfabetização e o Ensino Fundamental – Anos Iniciais no Brasil com vigência até 2024.

No art. 5º do Plano Nacional de Alfabetização, apresenta os novos rumos a ser trabalhado na Educação Infantil (creche e pré-escola) e no Ensino Fundamental – Anos Iniciais (1º ao 5º ano), ou seja, o trabalho a ser desenvolvido e, crianças na fase de alfabetização.

Art. 5º Constituem diretrizes para a implementação da Política Nacional de Alfabetização: I. priorização da alfabetização no primeiro ano do ensino fundamental; II. incentivo a práticas de ensino para o desenvolvimento da linguagem oral e da literacia emergente na educação infantil; III. integração de práticas motoras, musicalização, expressão dramática e outras formas artísticas ao desenvolvimento de habilidades fundamentais para a alfabetização; IV. participação das famílias no processo de alfabetização por meio de ações de cooperação e integração entre famílias e comunidade escolar; V. estímulo aos hábitos de leitura e escrita e à apreciação literária por meio de ações que os integrem à prática cotidiana das famílias, escolas, bibliotecas e de outras instituições educacionais, com vistas à formação de uma educação literária; VI. respeito e suporte às particularidades da alfabetização nas diferentes modalidades especializadas de educação; VII. incentivo à identificação precoce de dificuldades de aprendizagem de leitura, de escrita e de matemática, inclusive dos transtornos específicos de aprendizagem; e VIII. valorização do professor da educação infantil e do professor alfabetizador (BRASIL, 2019, p.52)

A implementação desse plano na rede pública de ensino está prevista já para o ano corrente (2019), por meio de cobranças juntamente com a implementação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, para o início do Ano Letivo de 2020 na educação Infantil e no Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Finais.

No que tange a realidade do município de Foz do Iguaçu, em 2018 mediante a Lei nº 4.631 de 23 de julho de 2018 que altera a Lei Anterior nº 4. 341 de 22 de

junho de 2015, o Plano Municipal de Educação atende as exigências do artigo 214 da Constituição Federal e o Plano Nacional de Educação – PNE de 2014. O Plano Municipal de Educação traz as metas da rede pública municipal de ensino e as estratégias a ser realizadas para o cumprimento dessas metas.

Para exemplificar a forma que está disposto o Plano Municipal de Educação no que permeia a formação de professores e parcerias com as instituições de ensino locais, com o objetivo de fomentar discussões sobre a melhoria, implementação, adaptação do currículo a BNCC e ao Plano Nacional de Alfabetização.

1.8) Incentivar e propiciar a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino e aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos. (FOZ DO IGUAÇU, 2018, p.1)

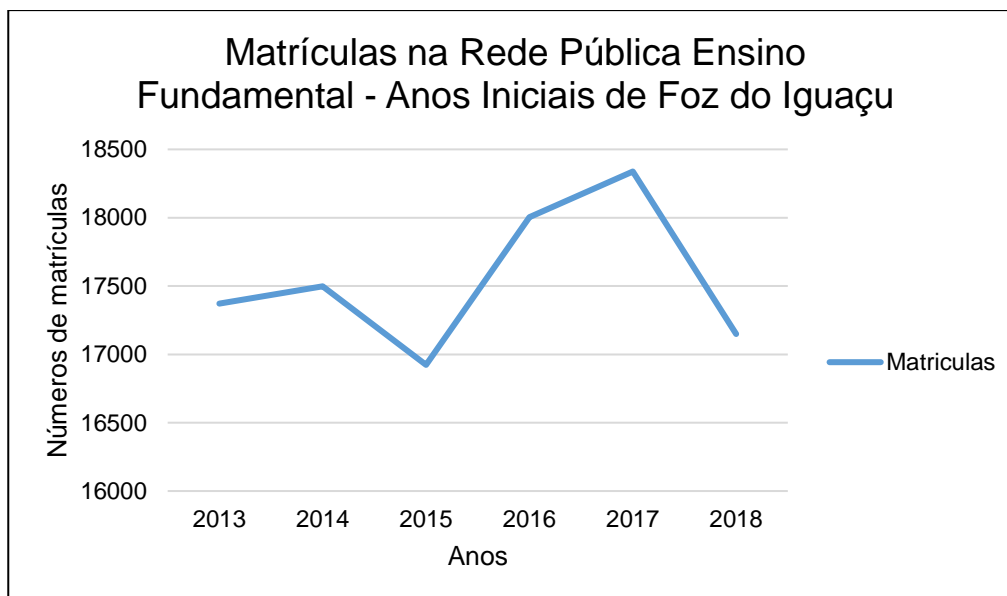
O Plano Municipal de Educação está alinhado com as propostas da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, principalmente nas questões de ordens práticas.

A BNCC do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, ao valorizar as situações lúdicas de aprendizagem, aponta para a necessária articulação com as experiências vivenciadas na Educação Infantil. Tal articulação precisa prever tanto a progressiva sistematização dessas experiências quanto o desenvolvimento, pelos alunos, de novas formas de relação com o mundo, novas possibilidades de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, de refutá-las, de elaborar conclusões, em uma atitude ativa na construção de conhecimentos. Nesse período da vida, as crianças estão vivendo mudanças importantes em seu processo de desenvolvimento que repercutem em suas relações consigo mesmas, com os outros e com o mundo." (BNCC, 2018, p. 58)

O curso de formação docente oferecido pela universidade aos professores do Ensino Fundamental I, já foi construído dentro dessa lógica, uma vez que, a demanda do curso o que seria trabalhado partiu das demandas do município e não do que a universidade normalmente impõe.

Com o objetivo de compreender essa relação universidade e município por meio de parcerias para a formação docente, surgiu a necessidade de analisar a rede municipal de educação e como ela está estruturada atualmente e se teve mudanças ao longo do tempo. O período analisado compreende os anos de 2013 até 2018, dados consolidados do INEP, e a análise dos dados focados no Ensino Fundamental – Anos Iniciais, por ser o público alvo do curso ministrado pela universidade.

Gráfico 02. Matrículas na rede pública municipal Ensino Fundamental – Anos Iniciais



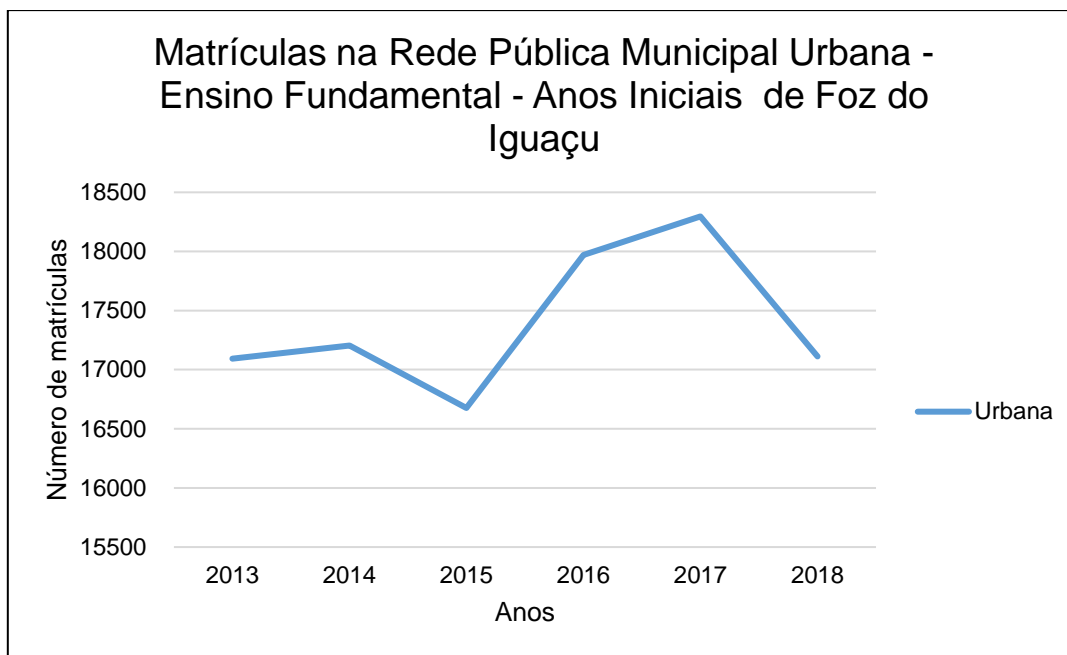
Fonte: (INEP, 2019 p.1)
Elaboração: GOMES, F.M.

O gráfico 03, nos mostra a quantidade de alunos matriculados na rede pública de Foz do Iguaçu, vinculados ao Ensino Fundamental I, segundo dados do INEP, em média, a rede pública municipal no atende cerca de 17.500 alunos por ano.

As matrículas realizadas na rede pública municipal de educação no Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano), de 2013 a 2018 nos mostra picos de ascensão e queda de matrículas realizadas, esse fenômeno pode ocorrer através de crianças em idade escolar que acessam a escola pública, outras vão para a rede privada, a própria migração da região e o fluxo de trabalhadores (paraguaios que trabalham no Brasil, colocam seus filhos na rede municipal de educação e trabalhadores atraídos por grandes obras realizadas no município).

O Ensino Fundamental – Anos Iniciais pode ser considerado o acesso a universalização da educação, colocada em várias teorias e nas políticas públicas vigentes. No âmbito municipal a oferta de vagas de 1º ao 5º ano podem ser tanto em escolas urbanas, quanto rurais (escolas que ficam localizadas na área rural do município de acordo com o plano diretor).

Gráfico 03. Matrículas na rede pública urbana – Ensino Fundamental – Anos Iniciais



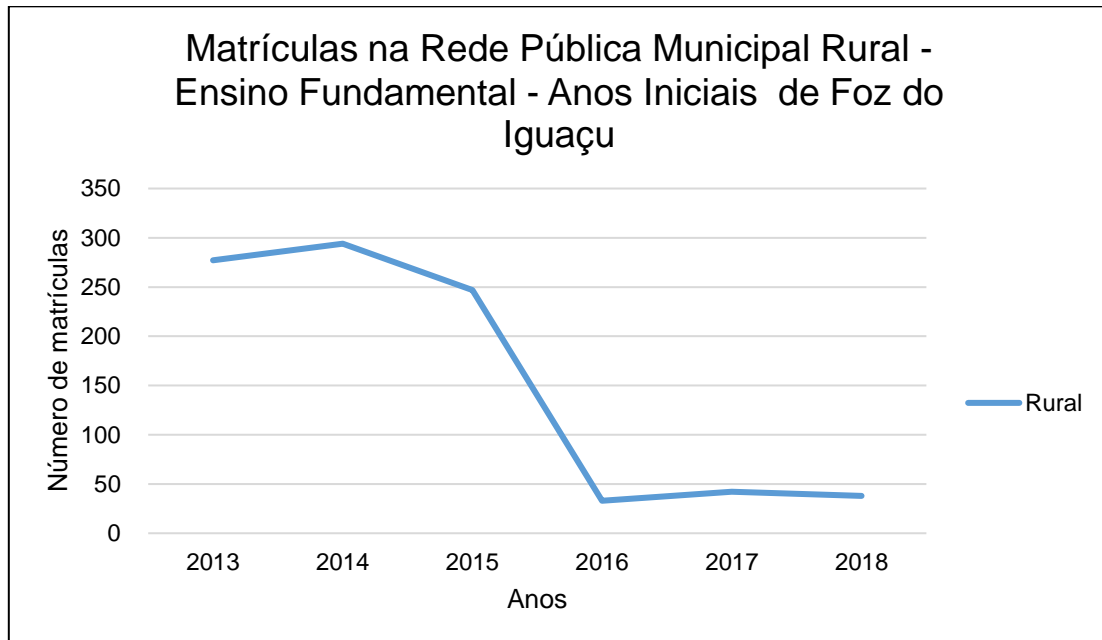
Fonte: (INEP, 2019 p.1)
Elaboração: GOMES, F.M.

A rede urbana de Foz do Iguaçu atende a maioria dos alunos, cerca de 17.300 em média por ano.

O gráfico 03, nos mostra as matrículas dos alunos na rede urbana no período de 2013 a 2018. A variação nas matrículas da rede pública urbana de Foz do Iguaçu, no Ensino Fundamental I, pode ser reflexo da migração de trabalhadores para o município, perante a construção de grandes obras (período de construção do Viaduto da Avenida Paraná, construção do campus da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – Unila, atualmente esta obra foi paralisada), o fluxo de trabalhadores de forma geral, além do fechamento das escolas rurais do município nesse período.

Neste sentido, Kimura (2018, p. 29) “diz que a escola não está isolada do contexto no qual ela se encontra, é necessário destacar a sua relação direta com a família, com a comunidade local na qual ela se insere e com a sociedade em geral da qual ela é integrante”, as escolas urbanas são majoritariamente as instituições que possuem a maior oferta de vagas, em virtude do êxodo rural, isto é, na área rural do município de Foz do Iguaçu, a população rural é muito baixa. Segundo dados do IBGE a população na área rural é de 2.126 pessoas.

Gráfico 04. Matrículas na rede pública rural no Ensino Fundamental – Anos Iniciais de Foz do Iguaçu



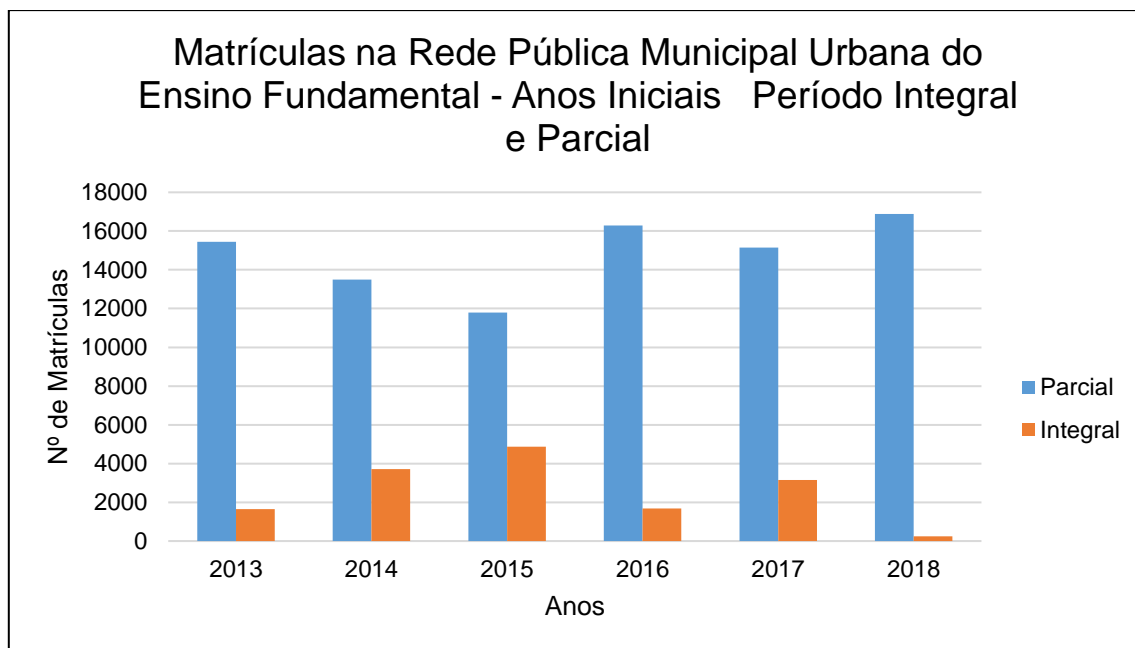
Fonte: (INEP, 2019 p.1)
Elaboração: GOMES, F. M.

A queda na oferta de vagas nas escolas rurais, vem de encontro com o número de pessoas que vivem na área rural de Foz do Iguaçu. Ao longo do tempo, a urbanização, não planejada do município, favorece o fechamento ou desativação de escolas rurais por não ter a demanda de alunos suficientes para justificar a equipe pedagógica, funcionários do apoio e os professores, que muitas vezes moram na sede do município, se deslocarem até as escolas rurais.

O gráfico 04 nos mostra a queda na oferta das vagas e matrículas na rede pública rural de Foz de Iguaçu, em média as escolas rurais atendiam cerca de 150 alunos, conforme dados do INEP, no período de 2013 a 2018.

Os alunos residentes em áreas rurais de Foz do Iguaçu, chegam a escola por meio do transporte escolar, acelerando o processo das escolas rurais no município. Atualmente apenas uma escola rural está em funcionamento, localizada no Alto da Boa Vista, que atendem alunos da própria comunidade e da Aparecidinha, áreas rurais, que margeiam a borda do Parque Nacional do Iguaçu.

Gráfico 05. Matrículas na rede municipal urbana de educação no Ensino Fundamental – Anos Iniciais atendidos pelo ensino integral e parcial

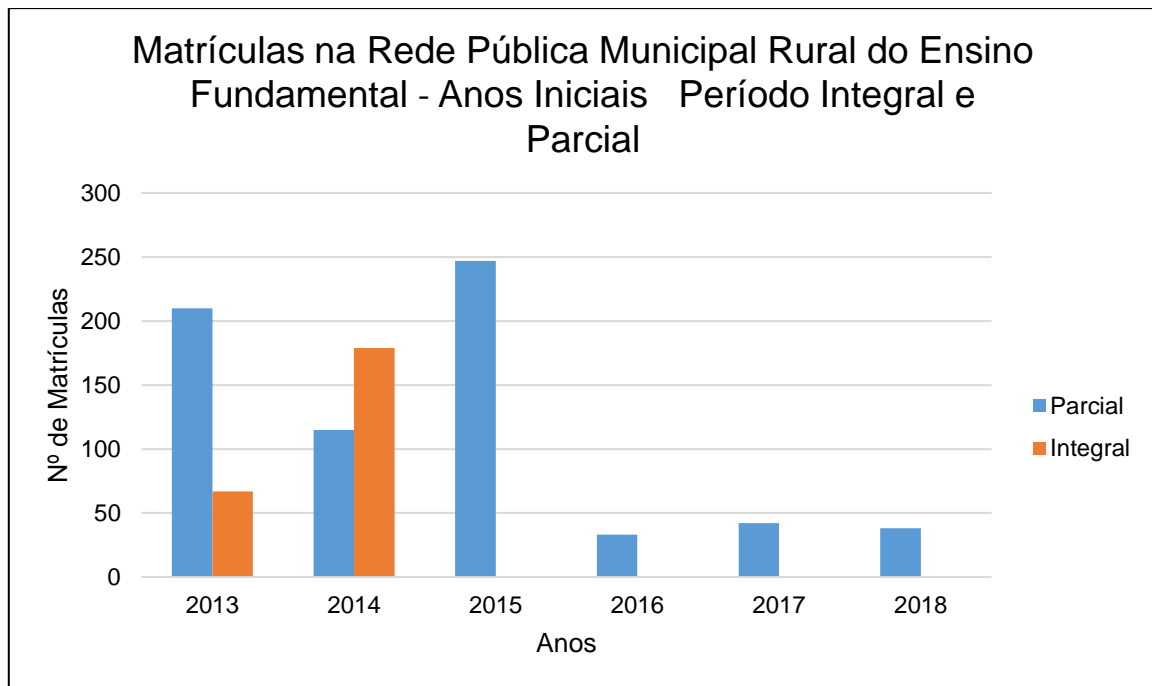


Fonte: (INEP, 2019 p.1)
Elaboração: GOMES, F.M.

A oferta de ensino integral na rede urbana de Foz do Iguaçu, vem diminuindo a cada ano, embora há programas federais que incentivam a a educação integral para a rede municipal de educação, a demanda por espaço físico é grande e a oferta de vagas é pequena, uma vez que é necessário a adaptação das escolas, municípios e por enquanto são selecionadas escolas piloto, os alunos excedentes da quantidade de vagas oferecidas, que eram atendidos nestes estabelecimentos, são remanejados para outros nem sempre nas proximidades do bairro em que residem.

O gráfico 05, lança luz a essa problemática da redução de vagas ofertadas em ensino integral na rede básica de Foz do Iguaçu, em contrapartida as matrículas realizadas no período parcial (manhã e/ou vespertino), vem se mantendo ao longo do tempo, até mesmo pela estrutura atual da educação básica, onde o ensino integral está em fase de implantação em escolas pilotos e não é disponibilizada para a população em geral realizar a matrícula de sus filhos.

Gráfico 06. Matrículas na rede municipal rural de educação no Ensino Fundamental – Anos Iniciais atendidos pelo ensino integral e parcial



Fonte: (INEP, 2019 p.1)
Elaboração: GOMES, F.M.

Por fim, o gráfico 06 nos apresenta as matrículas no ensino integral e parcial na área rural de Foz do Iguaçu, nota-se que até o ano de 2014 as matrículas em escolas rurais integrais supera as matrículas parciais, contudo a partir de 2015 com as matrículas começam a diminuir no ensino parcial (manhã ou tarde) e o ensino integral não é oferecido nas áreas rurais, iniciando o processo de desativação das escolas e a absorção desses alunos por escolas urbanas via a utilização do transporte escolar.

4.2 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – IDEB X FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A formação de professores terá uma mudança significativa, principalmente pela aceleração do processo de implantação da BNCC pelos estados e municípios. A parceria firmada entre a Universidade Federal da Integração Latino-Americana – Unila e o município de Foz do Iguaçu, para a realização da formação de professores do Ensino Fundamental I – Anos Iniciais (1º ao 5º ano), se justifica a partir de vários aparatos legislativos que garantem a formação continuada dos professores em diversos âmbitos.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.1 § 1o A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério. (LDB, 2018 p. 42)

A capacitação dos profissionais da educação pode ser realizada de várias formas, uma delas é a por meio de parcerias com instituições de ensino, públicas, privadas e a formação particular de cada professor que busca ascensão no plano de carreira docente.

Não obstante os municípios possuem seus próprios planos de educação que justificam essas parcerias com as instituições de ensino para a formação contínua do seu quadro funcional docente. O município de Foz do Iguaçu por meio de seu plano municipal de educação prevê a formação contínua tanto de funcionários efetivos quanto contratados por meio de processo seletivo simplificado.

1.11) Garantir, manter e ampliar qualitativamente o programa de formação continuada de qualidade, como o Seminário Internacional de Educação, a profissionais do magistério que atuam na Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, efetivos e estagiários. (FOZ DO IGUAÇU, 2018, p.1)

Ao passo em que as parcerias são seladas para a formação de professores, e há até um avanço nesse quesito, começam a surgir conflitos com a instauração das avaliações aplicadas para medir o desempenho dos alunos.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica –IDEB, criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino, é um dos principais indicadores relacionados a educação básica do país.

O Ideb funciona como um indicador nacional que possibilita o monitoramento da qualidade da Educação pela população por meio de dados concretos, com o qual a sociedade pode se mobilizar em busca de melhorias. Para tanto, o Ideb é calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep. Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente. As médias de desempenho utilizadas são as da Prova Brasil, para escolas e municípios, e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), para os estados e o País, realizados a cada dois anos. As metas estabelecidas pelo Ideb são diferenciadas para cada escola e rede de ensino, com o objetivo único de alcançar 6 pontos até 2022, média correspondente ao sistema educacional dos países desenvolvidos. (INEP, 2007, p.1)

Na prática cada escola possui sua meta a ser alcançada cada dois anos as séries finais do Ensino Fundamental I (5º ano), Ensino Fundamental II (9º ano) e o Ensino Médio (3º ano) são avaliadas e a partir do desempenho dos alunos que realizaram a prova a nota do IDEB por escola é calculada.

As provas estão vinculadas aos conteúdos que os alunos deveriam ter domínio ao sair de cada fase do ensino básico, essas constantes avaliações de desempenho, vem dificultando a formação de professores, ora por ter que vencer os conteúdos, ora por precisarem de “treinar” os alunos a responderem as questões dessas provas.

Libâneo (2004), problematiza a redução da formação de professores a apenas para a ascensão na carreira docente e a redução a simples competências e habilidades adquiridas em treinamentos nem sempre voltados as áreas de formação dos professores em exercício.

[...] ao se planejar o currículo e outras ações educativas de formação inicial e continuada de professores, as competências não podem ser reduzidas a meras habilidades a serem treinadas, nem tornarem instrumentos de competição entre as pessoas, como ocorreria numa perspectiva meramente economicista. Ao contrário, são requeridos conhecimentos, competências técnico-metodológicas (domínio do processo do trabalho) e competências subjetivas e comunicativas (capacidade de estabelecer relações humanas, competências sócio-comunicativas e formas participativas), competências transformadoras. (LIBANEO, 2004, p. s/n)

Em contrapartida Perrenoud (2000, p.156) defende a importância de administrar a própria formação contínua, é saber explicar as próprias práticas, analisar suas práticas e a dos colegas de profissão de forma que o trabalho em equipe seja instaurado e, ao mês o tempo, seja um facilitador no processo de formação contínua para a reflexão das práticas pedagógicas e a aquisição e desenvolvimento de novas competências e habilidades do professor.

Ao passo que avançam as pressões por resultados de melhoria na qualidade da educação, o IDEB veio por consolidar esse processo, as escolas têm a preocupação de ter um índice alto para receber vantagens estruturais e financeiras (equipamentos, verbas extras), além da posição de destaque no cenário local.

De acordo com o INEP, o IDEB de cada escola é calculado a partir do fluxo escolar (alunos matriculados x concluintes do ano), o desempenho nas provas de português, matemática (Prova Brasil – Ensino Fundamental – Anos Iniciais, aplicada para os alunos de 5º Ano e o Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, aplicada para os alunos do 9º ano do Ensino Fundamental – Anos Finais 9º ano e para o 3º ano do Ensino Médio), a quantidade de alunos que realizaram a prova (o quórum mínimo é de aproximadamente 70 % dos alunos) e a taxa de aprovação de cada escola, contido no Censo Escolar, realizado anualmente.

As avaliações que compõem a nota do IDEB, são aplicadas a cada dois anos, o atual é de 2017, embora em 2019, a aplicação das avaliações ocorreram no mês de novembro, para o resultado ser calculado e publicado no ano de 2020.

Para poder compreender a evolução desse índice no município de Foz do Iguaçu, foi necessário realizar o levantamento desde 2007 em sua primeira edição até 2017, com os resultados consolidados.

A tabela 07, nos mostra o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB das escolas públicas municipais que oferecem o Ensino Fundamental – Anos Iniciais (5º ao 9º ano), as escolas que não possuem as notas de desempenho do IDEB, em quaisquer anos do período analisado (2007-2017), provavelmente não tiveram quórum suficiente de alunos que realizaram a prova no respectivo ano.

Tabela 07. Evolução Histórica do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- IDEB no Ensino Fundamental –Anos Iniciais do Município de Foz do Iguaçu

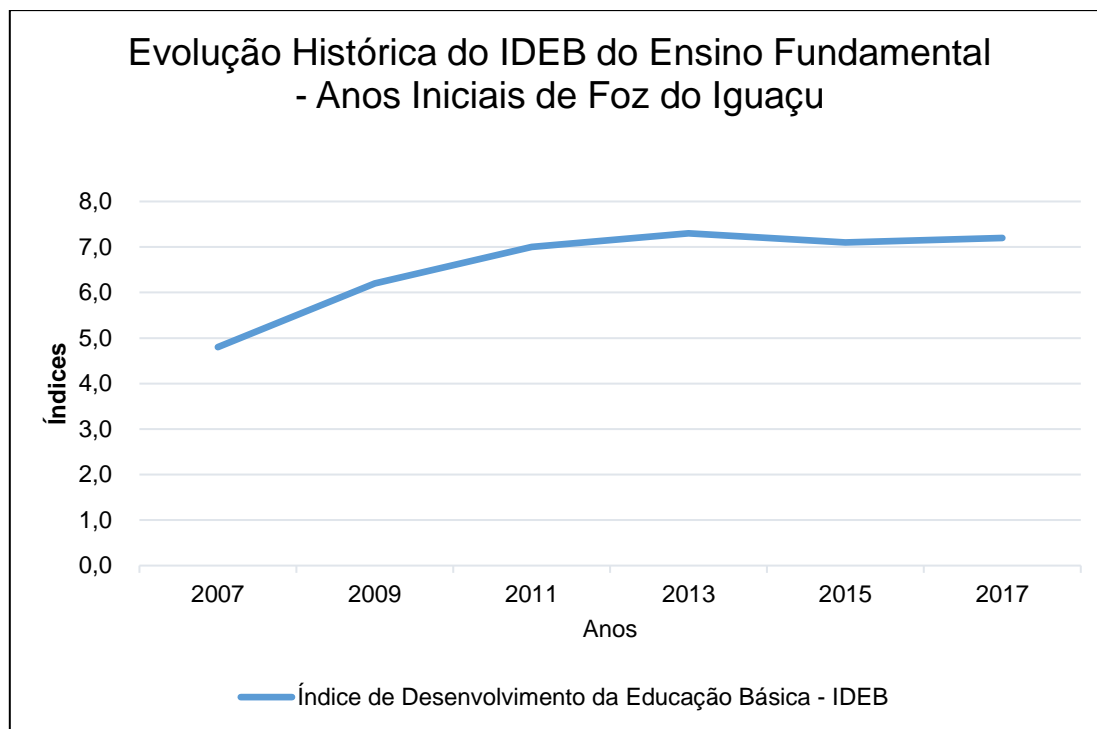
Evolução Histórica do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica-IDEB na rede pública no Ensino Fundamental- Anos Iniciais no Município de Foz do Iguaçu						
Escolas da Rede Pública Municipal	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Acácio Pedroso	4,1	5,6	7,0	6,7	6,8	6,7
Adele Zanotto Scalco	4,5	6,6	7,2	7,5	7,1	6,6
Ademar Marques Curvo	4,3	6,3	6,7	7,7	7,1	7,8
Altair Ferrais da Silva "Zizo"	5,6	7,0	7,3	8,3	7,9	8,0
Antonio Gonçalves Dias	5,8	6,9	8,0	7,9	8,1	8,3
Arnaldo Isidoro de Lima	4,9	5,8	6,8	7,3	6,5	7,0
Augusto Werner	5,0	5,9	6,7	6,7	7,6	7,8
Belvedere	5,4	6,7	7,0	7,1	7,4	6,9
Brigadeiro Antonio Sampaio	-	-	-	-	-	-
Cândido Portinari	4,7	6,4	6,2	7,9	7,1	6,7
Carlos Gomes	4,5	6,3	6,8	7,6	8,0	-
Cecília Meireles	4,7	6,2	6,8	6,7	6,8	7,6
Ceres de Ferrante	-	-	-	-	-	-
Cora Coralina	4,5	6,4	6,7	7,1	7,2	-
Da Vila Shalon	4,6	6,0	7,2	7,5	-	7,2
Dr. Dirceu Lopes	4,6	6,2	6,9	6,8	6,9	6,4
Eleodoro Ébano Pereira	-	-	-	-	-	-
Elói Lohmann	4,6	5,5	6,5	7,2	6,6	-
Emílio de Menezes	4,7	5,5	6,6	7,4	7,2	7,1
Érico Veríssimo	4,4	6,5	7,0	7,6	7,4	7,9
Frederico Engel	4,7	6,1	7,9	7,8	8,5	7,5
Gabriela Mistral	5,3	6,2	7,2	7,8	7,7	7,4
Írio Manganelli	4,8	6,4	6,7	7,1	6,9	7,3
Jardim Naipi	4,4	6,4	7,2	7,8	6,9	7,1
João Adão da Silva	4,4	5,4	6,5	6,8	6,1	5,6
João da Costa Viana	4,5	6,1	6,9	7,2	6,1	6,8
João XXIII	4,0	5,9	6,9	6,9	6,8	7,3
Jorge Amado	4,2	5,6	6,3	6,7	5,6	6,8

Júlio Pasa	5,1	6,7	7,5	7,5	6,9	7,7
Monteiro Lobato	4,3	5,8	6,7	7,4	7,7	7,1
Najla Barakat	4,8	5,9	7,2	-	-	-
Olavo Bilac	4,3	5,5	7,5	8,0	7,8	7,8
Olímpio Rafagnin	5,2	6,3	6,2	7,4	6,9	-
Oswaldo Cruz	5,3	6,3	7,0	7,6	7,4	7,3
Padre Luigi Salvucci	4,3	5,8	6,4	7,1	6,9	6,3
Papa João Paulo I	4,8	8,4	8,3	8,7	-	8,0
Ponte da Amizade	4,3	4,7	6,6	6,3	-	6,9
Pres. Getúlio Vargas	4,6	6,9	7,6	8,2	8,1	8,3
Princesa Isabel	4,1	6,6	-	-	-	6,9
Prof. Benedicto J. Cordeiro	5,6	6,8	8,2	8,0	8,4	8,6
Prof. Pedro V. Parigot de Souza	4,8	7,3	7,3	7,9	7,1	7,1
Profª Elenice Milhorança	4,6	6,1	7,0	6,9	7,1	7,3
Profª Josinete Holler A. dos Sa	5,3	6,8	7,4	7,6	7,4	8,0
Profª Lúcia Marlene P. Nieradk	5,1	6,6	7,0	8,1	-	7,2
Profª Rosália de A. Silva	4,4	5,4	7,5	7,3	6,5	6,7
Profª Suzana M. Balen	4,7	5,8	7,5	6,8	7,5	7,1
Santa Rita de Cássia	5,9	7,3	8,6	8,5	8,3	8,5
Três Bandeiras	5,5	6,2	7,0	7,4	7,1	6,8
Vinícius de Moraes	4,7	6,2	7,1	7,9	7,7	7,2

Fonte: (INEP, 2019 p.1)
Elaboração: GOMES, F.M.

A partir dos dados apresentados na tabela 07, foi possível realizar uma análise aprofundada do IDEB de Foz do Iguaçu, esse panorama geral obtido por meio do tratamento dos dados, possibilitou a problematização entre a relação da formação dos professores e as exigências do município, mediante as escolas para melhorarem, manterem e aumentar o IDEB.

Gráfico 07. Evolução Histórica do IDEB do Ensino Fundamental – Anos Iniciais de Foz do Iguaçu



Fonte: (INEP, 2019 p.1)
Elaboração: GOMES, F.M.

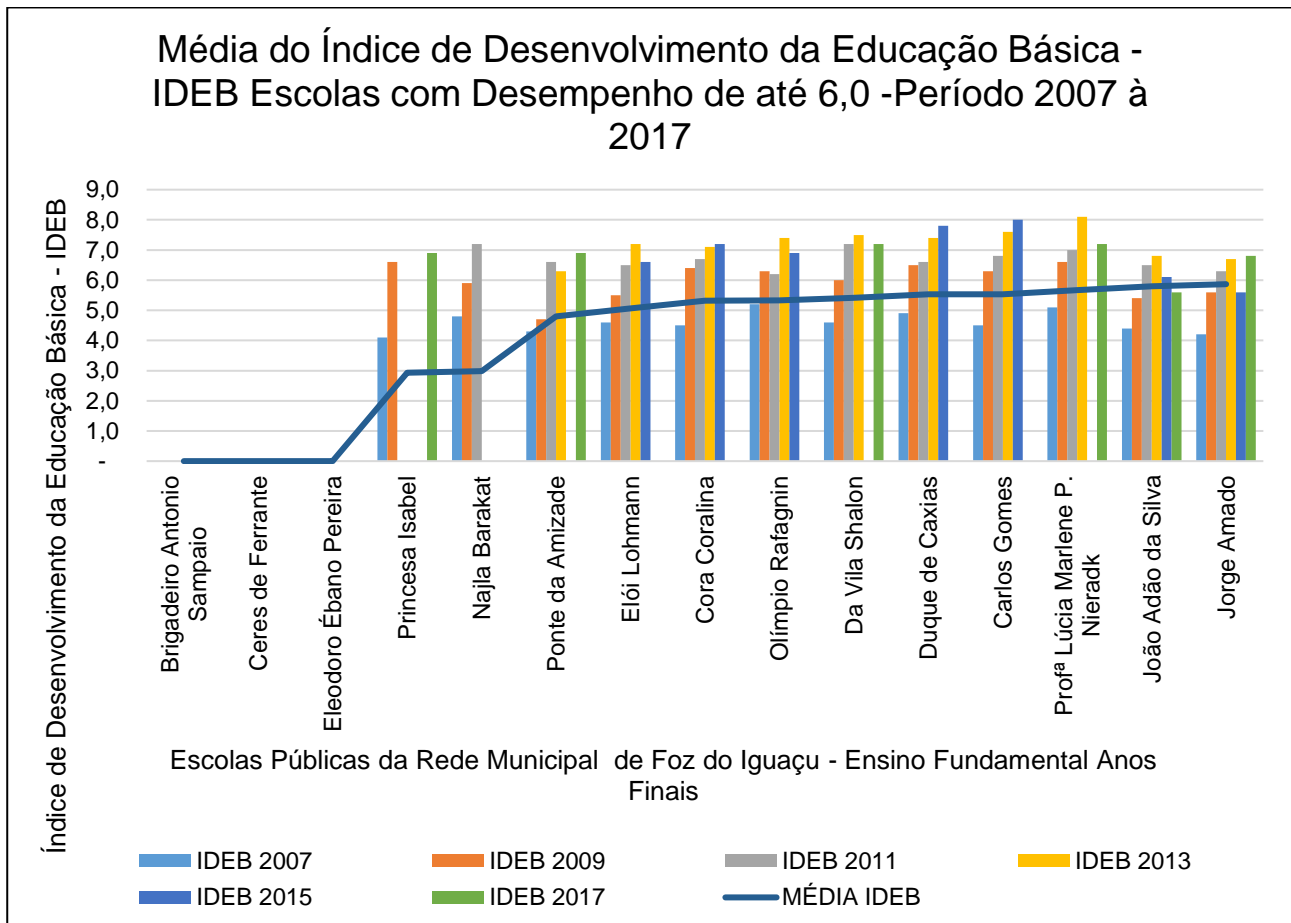
O gráfico 07, apresenta a evolução do IDEB do município de Foz do Iguaçu, esse resultado, é disponibilizado pela plataforma Inep data, nela podemos consultar as metas de cada município, escola e s resultados obtidos ao longo do tempo.

O município de Foz do Iguaçu possui um dos índices mais altos do Brasil, os indicadores acima de 7,0 são considerados município com o ensino de qualidade. No ano de 2014, Foz do Iguaçu, foi destaque nacional, em uma série de reportagens veiculadas no Fantástico (programa semanal) como um dos municípios que possuem o IDEB, mais altos do Brasil.

A qualidade do ensino baseada em avaliações pode trazer grandes problemas tanto para a formação de professores quanto para a aprendizagem dos alunos. Lesann (2011 p. 25) problematiza o aprendizado na disciplina de Geografia mediante o desenvolvimento de habilidades cognitivas e a aquisição de conceitos que acumulados ao longo do tempo habilitam os alunos a resoluções de questões-problemas de ordem geográfica.

Uma vez que as avaliações são realizadas baseadas em português e matemática, as outras disciplinas podem ser negligenciadas e as falhas no processo de ensino-aprendizagem serão percebidas nas series posteriores.

Gráfico 08 Média do IDEB por escolas no período de 2007 a 2017 com índices até 6,0.



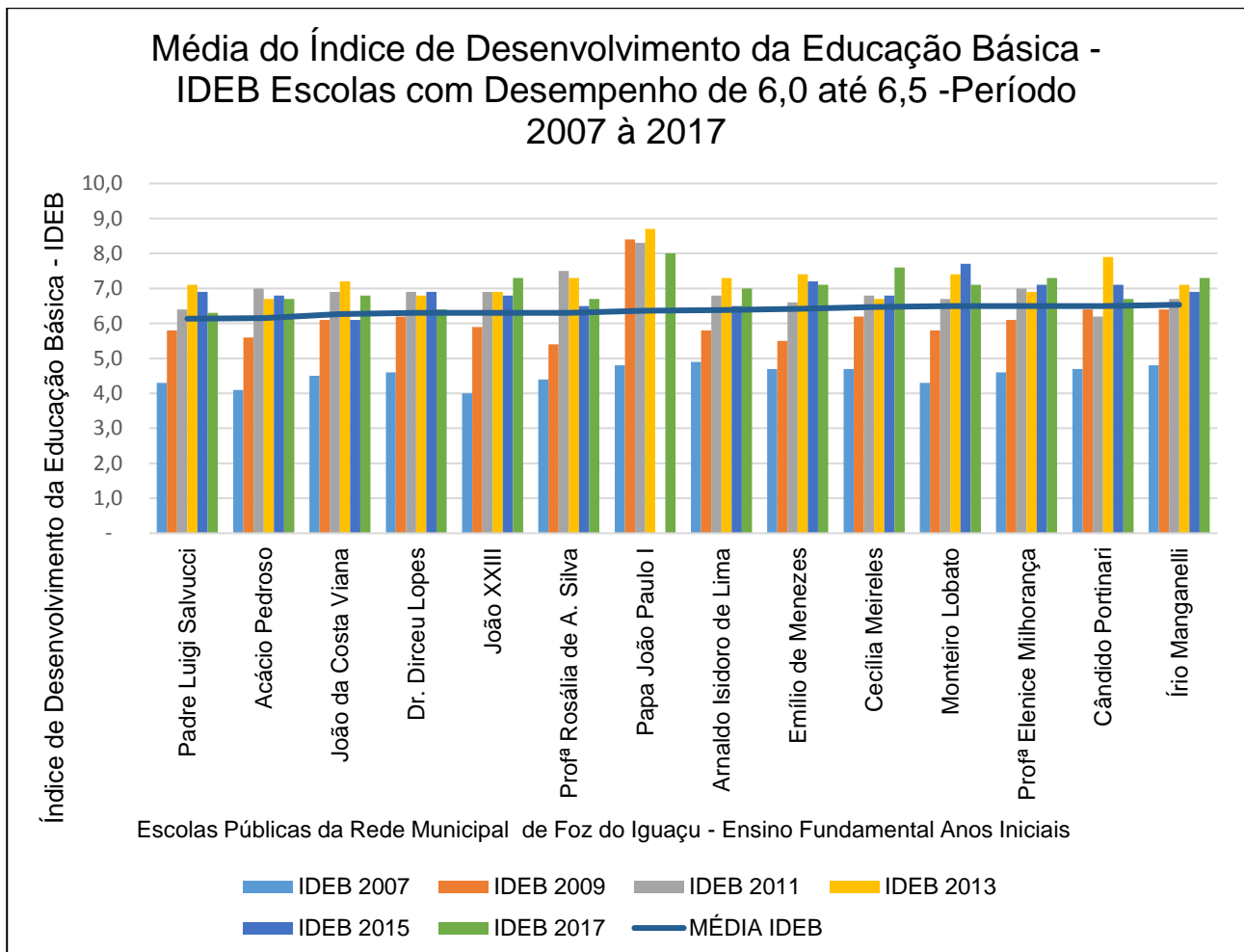
Fonte: (INEP, 2019 p.1)
Elaboração: GOMES, F.M.

O gráfico 08 nos revela as escolas municipais com o IDEB até 6,0 algumas escolas não apresentaram dados para o cálculo durante ou o período pesquisado ou em algum ano específico. Essas escolas sem dados são a Brigadeiro Antonio Sampaio localizado no Alto da Boa Vista (escola rural), a Escola Ceres de Ferrante no Porto Meira e a Eleodoro Ébano Pereira, localizada no barro Lote Grande.

Já outras escolas provavelmente não obtiveram o quórum de alunos para a realização das avaliações. As escolas Princesa Isabel situada próximo a Avenida das Cataratas no Acampamento Adventista, Najla Barakat localizada no Jardim Itaipu e a Escola

Ponte da Amizade situada no Jardim Jupira.

Gráfico 09. Média do IDEB por escolas no período de 2007 a 2017 com índices de 6,0 a 6,5.

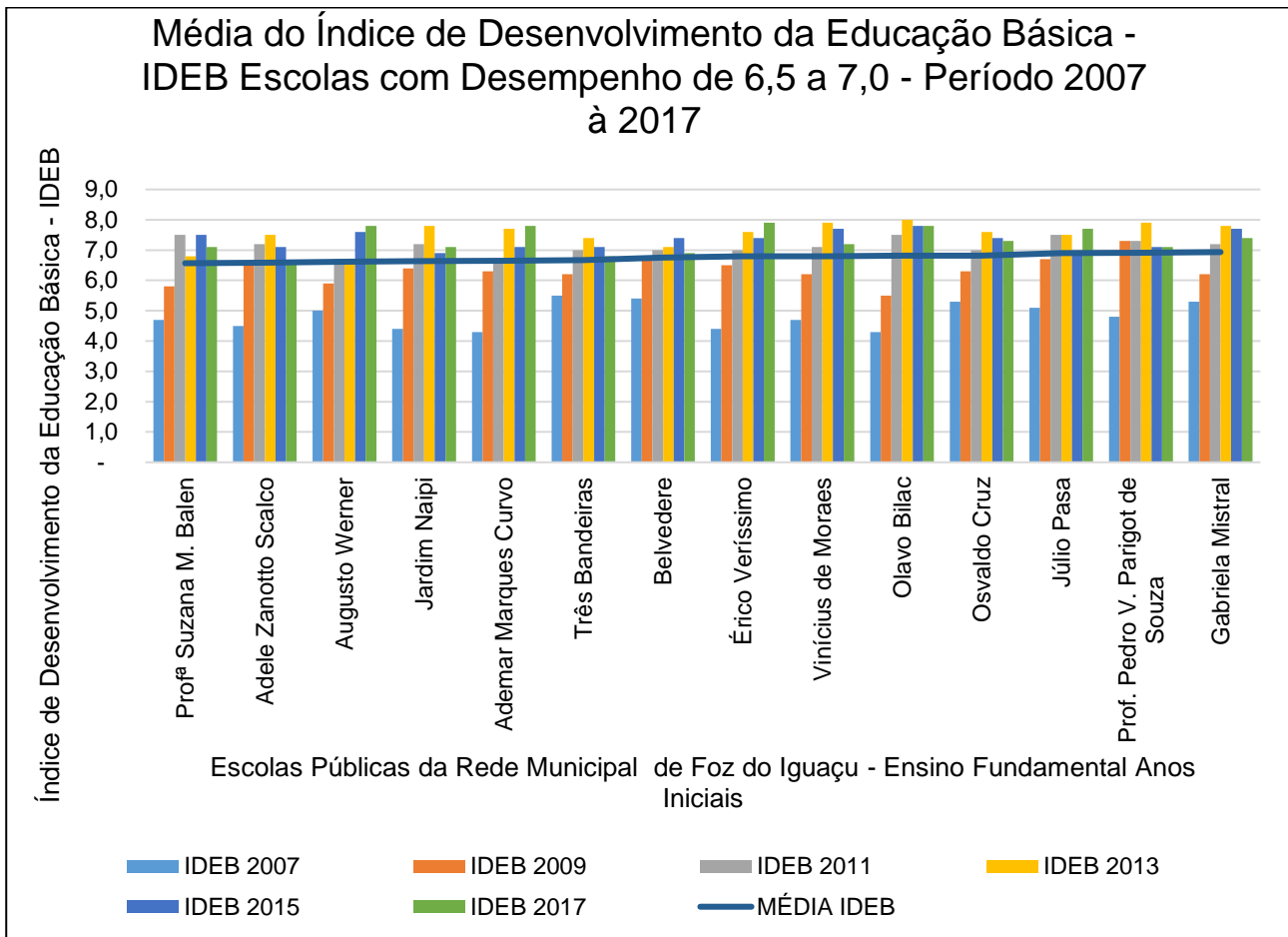


Fonte: (INEP, 2019 p.1)
Elaboração: GOMES, F.M.

O gráfico 09 nos mostra as escolas que obtiveram o rendimento médio durante o período analisado (2007-2017), a média dessas escolas foi obtida através das notas atingidas a cada aplicação das provas.

Observa-se que as escolas, vem aumentando e algumas mantendo seus índices ao longo do tempo. O que chama atenção é a evolução constante do IDEB, e quando a escola não obtém os parâmetros mínimos para a composição do cálculo dos indicadores, essa escola aparece sem dados e isso compromete seu desempenho e resultado no período analisado.

Gráfico 10. Média do IDEB por escolas no período de 2007 a 2017 com índices de 6,5 a 7,0.

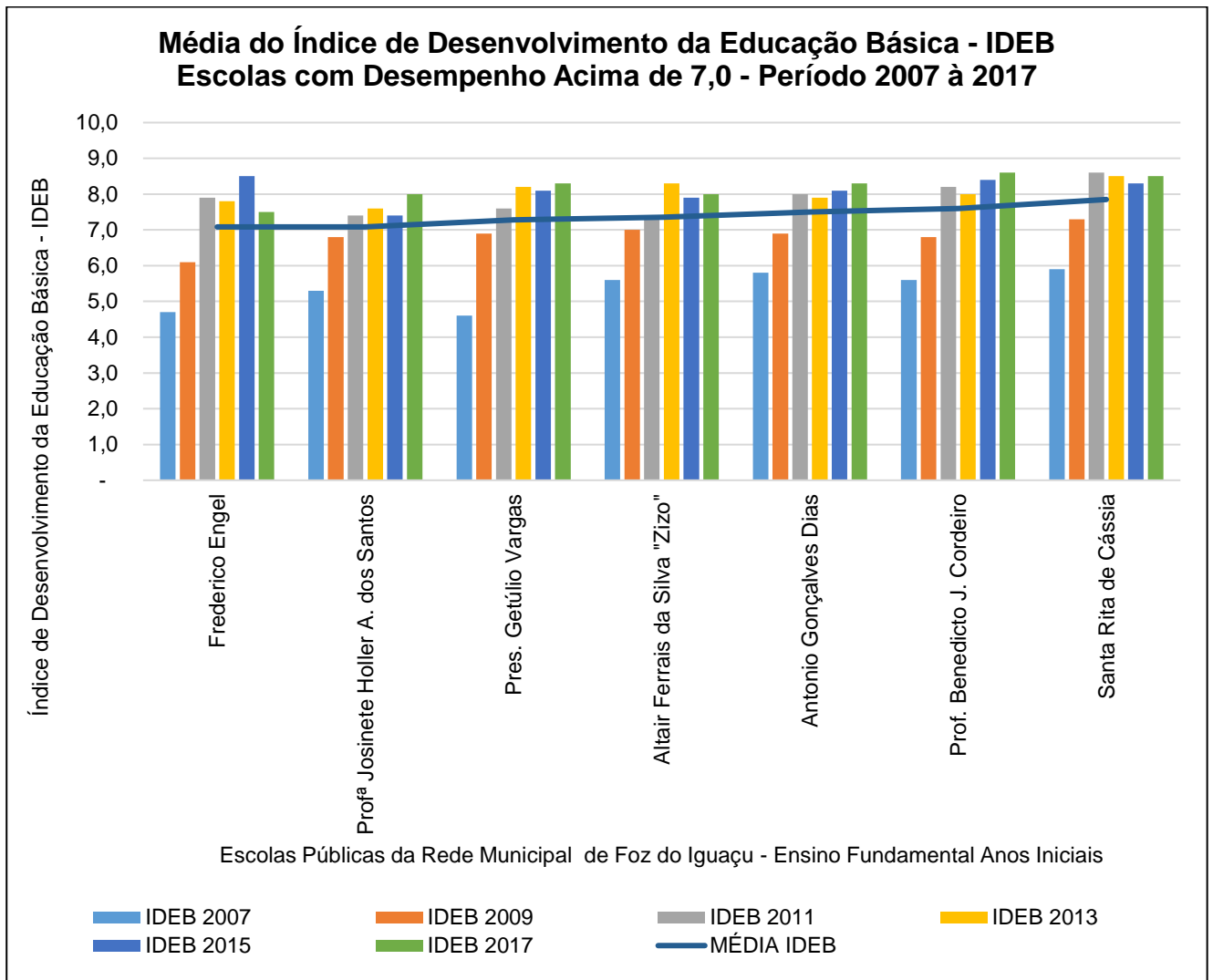


Fonte: (INEP, 2019 p.1)
 Elaboração: GOMES, F.M.

O gráfico 10 apresenta as escolas que possuem o IDEB médio entre 6,5 a 7,0, essas escolas de acordo com o Ministério da Educação podem ser consideradas escolas-padrão de países desenvolvidos.

Essas escolas estão distribuídas em vários bairros do município, assim desmitifica a ideia que as escolas centrais possuem melhores condições infraestruturais, a qualidade no ensino de forma geral e que podem ser consideradas escolas de ponta ou que se destacam no IDEB.

Gráfico 08 Média do IDEB por escolas no período de 2007 a 2017 com índices acima de 7,0.



Fonte: (INEP, 2019 p.1)

Elaboração: GOMES, F.M.

O gráfico 11 nos revela as escolas públicas da rede municipal de Foz do Iguaçu, que obtivera o IDEB acima de 7,0. Essas escolas podem ser consideradas, de acordo com os parâmetros do MEC, escolas com alta qualidade no ensino.

Essas escolas estão distribuídas territorialmente em Foz do Iguaçu em bairros não centrais. A escola Frederico Engel, localizada no Jardim Copacabana, Professora Josinete Holler A. dos Santos, na Vila A, já a escola Presidente Getúlio Vargas na Vila Adriana (nas proximidades do Shopping Catuaí), a escola Altair Ferrais da Silva "Zizo", no Jardim Ipê, Antonio Gonçalves Dias, no bairro Campus do Iguaçu (próximo a rodoviária), a Escola Professor Benedicto Cordeiro no Jardim Tarobá, e, por fim, a escola

municipal Santa Rita de Cássia localizada na Vila Pérola nas proximidades da Avenida Juscelino Kubitschek e da BR-277.

O alto rendimento das escolas não centrais salta aos olhos, por lançar luz sobre a convicção que escolas centrais tendem a ser melhores que a dos bairros. Na rede municipal de ensino de foz do Iguaçu, analisando por meio do IDEB, essa ideia cai por terra e nos indica a capilaridade dos altos índices territorialmente.

Ao passo que a análise realizada das escolas de modo geral, nos mostra uma forte atuação do município para manter o IDEB das escolas alto e por consequência manter o índice do município e possivelmente aumentar nas próximas avaliações.

Contudo a formação de professores nesse contexto, pode ser comprometida, uma vez que os conteúdos precisam ser finalizados, trabalhados em sala de aula exaustiva, para que os alunos correspondam as metas a serem atingidas pelas escolas.

O conflito da formação continuada dos professores e a cobrança pelo alto rendimento em avaliações, favorece as instituições que promovam formações em Ead (Educação à distância). Essa percepção foi notada durante o curso de formação que não foi renovado com a universidade por parte da secretaria municipal de educação justamente por ser o ano da aplicação da Prova Brasil (um dos componentes do cálculo do IDEB) e os professores precisavam focar nos conteúdos que possivelmente estariam presentes na avaliação.

CAPÍTULO IV

5.1 FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS NO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU

Segundo Vieira (2007, p. 13), “[...] uma das condições para a construção de um ensino de geografia comprometido com a formação do aluno-cidadão é a sua constante atualização teórico-metodológica em relação ao conhecimento geográfico que se produz na universidade”. Para a referida autora, essa atualização tem ocorrido a partir de dois caminhos: o da reelaboração dos conteúdos curriculares e o do processo de formação continuada do professor em exercício.

A formação continuada dos professores do ensino básico é um dos principais fatores para uma educação escolar de qualidade. Segundo a referida autora, a formação continuada permanente, integrada com a prática diária e contextualizada com as mudanças sociais ocorridas nos últimos anos é tão importante quanto ter uma boa formação inicial na graduação.

A esse respeito, Hypolito (2004, p.1) coloca que

[...] a modernidade exige mudança, adaptações, atualizações e aperfeiçoamento. Quem não se atualiza fica pra trás(...) a concepção moderna de educador exige uma sólida formação científica, técnica e política, viabilizadora de uma prática pedagógica crítica e consciente da necessidade de mudanças na sociedade brasileira.

Mas para que a formação continuada viabilize uma prática pedagógica crítica, é importante que a mesma não seja realizada no cotidiano escolar como um fim em si mesma. As ações de formação continuada devem oferecer elementos teóricos e metodológicos para que os professores articulem o conhecimento científico com o seu conhecimento escolar e sua prática diária, construindo assim novas possibilidades de ação docente. Nas palavras de Imbernón (2001, p. 18), a formação continuada deve conter a:

[...] possibilidade de criar espaços de participação, reflexão e formação para que os professores aprendam e se adaptem para poder conviver com a mudança e com a incerteza [...] Em uma sociedade democrática é fundamental formar o professor na mudança e para a mudança por meio do desenvolvimento de capacidades reflexivas em grupo, e abrir caminho para uma verdadeira autonomia profissional compartilhada, já que a profissão docente precisa partilhar o conhecimento com o contexto [...].

Acerca da formação continuada voltada para a construção da autonomia do professor, Fusari (1998), aponta dois aspectos que devem ser levados em consideração: primeiramente a ação de formação continuada deve considerar a formação do professor “[...] para a escola e dentro dela – isto é, no próprio local de trabalho dos professores em serviço” (FUSARI, 1998, p.533). E o segundo aspecto apontado pelo autor destaca a importância do processo de formação continuada propiciar que “[...] a formação inicial, a formação contínua, a prática profissional, os saberes da profissão e a carreira profissional sejam elementos articulados entre si”. (FUSARI, 1998, p.539).

Pesquisadores do campo do ensino de Geografia também chamam a atenção para a importância da formação continuada de professores. Callai (2002, p. 112), coloca que “[...] o exercício competente e comprometido do magistério exige, realmente, uma constante formação teórico-prática, uma formação do professor como profissional crítico-reflexivo, voltada para o exercício da independência entre ação e reflexão em sua prática de ensino”.

Cavalcanti (2002, p. 112), ao discutir sobre professor crítico-reflexivo, concebe como sendo “[...] aquele profissional que tem competência para pensar sua prática com qualidade, crítica e autonomia, tendo como base os referenciais teóricos”.

Nas palavras da autora supracitada,

[...] essa identidade constrói-se pelo significado que cada professor confere à atividade docente no seu cotidiano com base nos seus valores, seu modo de situar-se no mundo, sua história de vida, seus saberes e representações [...] É essa identidade profissional que ajuda o professor a delinear suas ações, a fazer escolhas, a tomar decisões, posições, a definir por determinados comportamentos e estratégias de pensamento no exercício de sua profissão (CAVALCANTI, 2002, p. 113).

No entendimento da autora, os cursos de formação continuada devem considerar integralmente três tipos de saberes: a experiência, o conhecimento específico da disciplina e os saberes pedagógicos. E além desses saberes, os cursos devem contribuir para a construção da identidade profissional dos professores envolvidos.

5.1.2 METODOLOGIA UTILIZADA NO CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS DE FOZ DO IGUAÇU

As oficinas pedagógicas foram organizadas a partir dos conteúdos listados nos planejamentos bimestrais das professoras da rede municipal de Foz do Iguaçu/PR. A princípio, nos primeiros diálogos em novembro e dezembro de 2018, ficou acordado que seriam trabalhados grandes temas e a partir disso seria direcionado para a realidade de cada escola e/ou porção onde se encontravam as mesmas.

Entretanto, no início de 2019, frente as alterações na política educacional no país e a demanda de organização e adequação das diretrizes curriculares municipais segundo a BNCC e a troca de chefia na Secretaria Municipal de Educação, os diálogos realizados até então foram revistos e conforme solicitado pela nova chefia, as oficinas foram organizadas a partir dos conteúdos elencados nos planejamentos bimestrais das professoras (quadro 02).

Quadro 02. Conteúdos de Geografia, referentes ao 2º Bimestre – Ensino Fundamental – Anos Iniciais Foz do Iguaçu

CONTEÚDOS DO 2º BIMESTRE: DISCIPLINA DE GEOGRAFIA						
1º ANO	Os lugares do meu dia a dia. Minha casa, minha escola. Tipos de lugares em que o ser humano vive.	Mudanças e permanências dos ambientes da casa. Representar os espaços e identificá-los (as representações poderão ser feitas através de maquetes, desenhos, massinhas);	Conhecer os arredores da sua casa e compreender as relações sociais com sua vizinhança.	Diferentes lugares onde o ser humano vive: espaço e representações, relações com a vizinhança; vida no campo e na cidade.	meios de comunicação para sua família no dia-a-dia e a evolução desses instrumentos ao longo do tempo.	
2º ANO	Perceber e representar através de legendas os espaços da casa, rua, bairro, sala, escola, utilizando desenhos, maquetes, planta baixa, outro;	Gastos e renda familiar: moradia, saúde, educação, lazer e outros; Diferentes formas de comércio	Enfatizar a educação e segurança no trânsito: percurso casa/escola;	Conhecer o funcionamento dos principais meios de transportes e a importância destes para o deslocamento dos seres humanos.	Relações sociais presentes na escola, casa e bairro	Pontos de Referência. Paisagens dos lugares que vivo da rua, do trajeto casa-escola; Sinais de Trânsito. Meios de Transporte.
3º ANO	A família como espaço de cultura, produção e organização: o processo de mudanças e as condições sociais e econômicas	Relações sociais presentes no espaço local: vila/bairro. Direitos e deveres. Conservação do ambiente em que vivemos.	Reconhecer o crescimento histórico do bairro, bem como as consequências ambientais decorrentes das transformações na paisagem.	A paisagem do bairro: áreas verdes – áreas de lazer, espaço de circulação, relações de vizinhança.		
4º ANO	Limites (naturais e artificiais) do município	Representação e característica do espaço urbano e do campo no município	Produção do campo e da cidade: semelhanças e diferenças. Interdependência	Êxodo rural e o crescimento das cidades (conceituação de município).	Identificar diferenças culturais, raciais, religiosas, bem como compreender e respeitar as diferenças;	
5º ANO	Leitura e Representação do município no estado, do estado no país e este destacado no globo	características de relevo, clima, cobertura vegetal, hidrografia e sua influência no modo de vida da população paranaense;	Leitura e representação de mapas temáticos do Paraná (clima, relevo, hidrografia...).	Representar proporcionalmente espaços como ginásio da escola, praça, quarteirão; Comparar mapas em diferentes escalas; Calcular distâncias	Elementos da paisagem natural paranaense – clima, solo, cobertura vegetal, relevo e hidrografia	

Fonte: Foz do Iguaçu (2019, p.1)

O projeto contou com a participação de professores da rede municipal de ensino da cidade de Foz do Iguaçu/PR. São docentes com formação, em sua maioria, em pedagogia e que atuam nos anos iniciais, ministrando conteúdos de Geografia, História e Arte. Para tanto, foi firmada parceria com o curso de História da Unila, que assim como a geografia, visou contemplar discussões sobre o ensino de história nos anos iniciais. O grupo de professores, com capacidade de 50 por período de 4 horas de trabalhos, participou das oficinas de geografia e em seguida e história, em uma forma de revezamento assim definido:

Quadro 03: Organização dos grupos de trabalhos para as oficinas pedagógicas, 2019

08:00 as 10:00 horas	Grupo A- Oficina de ensino de geografia com máximo de 25 professores	Grupo B- Oficina de ensino de história com máximo de 25 professores
10:00 as 12:00 horas	Grupo B- Oficina de ensino de geografia com máximo de 25 professores	Grupo A- Oficina de ensino de história com máximo de 25 professores
13:00 as 15:00 horas	Grupo C- Oficina de ensino de geografia com máximo de 25 professores	Grupo D- Oficina de ensino de história com máximo de 25 professores
15:00 as 17:00 horas	Grupo D- Oficina de ensino de geografia com máximo de 25 professores	Grupo C- Oficina de ensino de história com máximo de 25 professores

Fonte: As autoras, 2019

Conforme quadro 03, por envolver teoria e prática em um curto período de 2 horas, o máximo de participantes por oficina definido foi de 25 cursistas, comportando o máximo de 100 cursistas em oito horas de trabalho. Nas quatro oficinas pedagógicas, a média de participantes atingiu 82 professores, sendo 42 de manhã e 40 no período vespertino.

Em termos de procedimento metodológico, nos meses de abril/maio/junho foram realizadas as seguintes etapas: a) reunião com grupo de professores da rede municipal para discutir o conteúdo das duas primeiras oficinas pedagógicas; b) levantamento por parte dos professores e estudantes do curso de geografia de produções científicas que tratassem da temática ensino de geografia e geografia escolar para os anos iniciais, c) encontros semanais no laboratório de ensino de geografia da Unila entre professores do curso e estudantes, com propósito de discutir sobre os textos selecionados e definir todos os passos de realização das oficinas, em termo de materiais e quais aspectos da teoria e da prática seriam abordados, sempre primando pela indissociabilidade teoria-prática; d) as práticas foram realizadas nos dias 11/04/19; 02/05/19; 23/05/19 e 06/06/19.

5.2 DESENVOLVIMENTO E PROCESSOS AVALIATIVOS DO CURSO DE FORMAÇÃO

Assim, buscando o diálogo horizontal, a indissociabilidade teoria-prática e uma formação voltada para a aproximação da geografia escolar e acadêmica, as oficinas pedagógicas de geografia foram pautadas no diálogo com os professores da rede municipal bem como nas pesquisas e reflexões realizadas pelo grupo proponente do projeto de extensão (professores e estudantes do curso de geografia da UNILA).

Foram trabalhados nos quatro momentos de oficinas pedagógicas conteúdos e linguagens que compõem o currículo municipal de Foz do Iguaçu/PR, no caso: os lugares e cotidiano; Paisagem: semelhanças e diferenças, campo e cidade; mapas vivenciais. Na primeira oficina (11/04/19) foi realizada uma discussão teórica dialogada e atividades práticas. E no final foi solicitado que o grupo desenvolvesse, cada qual em sala de aula, uma ou mais atividades relacionadas a discussão realizada durante a oficina pedagógica. No início da segunda oficina pedagógica em 02/05/19, as professoras socializaram as experiências em sala de aula (figura 1), descrevendo as atividades e suas reflexões sobre as mesmas em termos de ensino e aprendizado.

As oficinas três e quatro foram realizadas a partir de exposição oral dialogada, como forma de apresentar o recurso didático que seria produzido e fazer as correlações com os conteúdos de geografia voltados para os anos iniciais. Foram produzidas maquetes hipsométricas, globos terrestres, material com sucata, mapas do corpo e mapas mentais, maquetes de pote, mapas de fuso horário.

É um trabalho com potencial para fomentar a reflexão dos agentes envolvidos e produzir ações em salas de aulas dos anos iniciais que contemplem mais a abordagem de conteúdos de geografia e do processo de alfabetização espacial das crianças.

As principais atividades realizadas foram a partir do levantamento bibliográfico dos conteúdos de Geografia contidos na BNCC- Ensino Fundamental I (conforme solicitado pela secretaria municipal de educação) e no planejamento do município, elaboração e testes de materiais didáticos antes da aplicação para os professores durante o curso, planejamento das atividades antecipadamente, elaboração de material em formato digital com o passo a passo da construção dos materiais didáticos que

funcionaram durante os meses para reprodução nas oficinas, adaptação dos recursos didáticos a serem construídos para os professores com o objetivo dos alunos conseguirem reproduzir, a explicação e o acompanhamento via e-mail das dúvidas que surgiram pós oficinas do curso.

Foram realizadas reuniões semanais no formato de grupos de estudos com objetivo de compreender os conteúdos de Geografia voltados para o Ensino Fundamental I, como a Alfabetização Cartográfica, o desenvolvimento do Raciocínio Geográfico, e as formas de realizar a transposição didática do conteúdo, visto na universidade, com a realidade dos professores, neste caso pedagogos, que facilitasse o trabalho e a reprodução na sala de aula com os alunos.

A promoção do fomento de ações, com a finalidade de estabelecer trocas de experiências propiciando um espaço de reflexão relacionados à formação inicial e continuada de professores, com ênfase nas práticas docentes no cotidiano escolar.

Aproximação do ensino superior (geografia da Unila) com a rede municipal de ensino de Foz do Iguaçu possibilitou um trabalho em conjunto para a confecção de materiais didáticos voltados ao ensino de geografia; construção de aprendizagens significativas para o grupo envolvido; a divulgação dos trabalhos desenvolvido junto ao curso de Geografia, grau licenciatura da Unila; contribuições para melhoria da qualidade do ensino nas séries iniciais de Foz do Iguaçu; propiciou o desenvolvimento de recursos didáticos com materiais de baixo custo, como caixas de sapato, massa de modelar, argila, tinta guache, bolinha de isopor, E.V.A.; A construção de apostilas com o passo a passo das atividades, testadas antes de serem aplicadas nas oficinas, e disponibilizadas em arquivos digitais para os participantes do curso; e, por fim, proporcionou a troca de experiências dos professores atuante no Ensino Fundamental I, com os extensionistas e estagiários; cada escola ficou com uma maquete do Estado do Paraná e do Município de Foz do Iguaçu, conforme as imagens a seguir.

A formação continuada dos professores do ensino básico é um dos principais fatores para uma educação escolar de qualidade. Segundo a referida autora, a formação continuada permanente, integrada com a prática diária e contextualizada com as mudanças sociais ocorridas nos últimos anos é tão importante quanto ter uma boa formação inicial na graduação.

É comum os docentes do curso de Geografia licenciatura direcionarem projetos de pesquisa e/ou extensão para o ensino fundamental II, fase na qual tem-se a disciplina de Geografia sob a responsabilidade de um docente graduado na área. Sabendo-se da presença de conteúdos de geografia e da linguagem cartográfica nos anos iniciais (Ensino fundamental I), conforme preconizado por documentos curriculares, acredita-se na necessidade de um diálogo entre universidade e professores atuantes em turmas de 1º ao 5º ano, de forma de horizontal, buscando construir práticas pedagógicas significativas a partir da aproximação entre conhecimento da geografia escolar e geografia acadêmica.

A importância desse trabalho de extensão também justifica-se pela necessidade de complementação da formação inicial (graduandos de geografia) e da indispensabilidade da formação continuada (para professores em exercício profissional). Considerando a complexidade dos processos de ensino e de aprendizagem, as demandas contemporâneas e suas repercussões no contexto escolar que, de certa forma, impõe um constante estudo e reflexão da prática pedagógica, é de suma importância essa aproximação entre universidade e anos iniciais.

Por envolver docentes da rede municipal de ensino de Foz do Iguaçu e estudantes da Unila, é um projeto que está diretamente vinculado ao ensino e pesquisa. Isso porque após o diálogo com professores municipais, a equipe faz levantamento de pesquisas sobre ensino de geografia e/ou geografia escolar voltadas para os anos iniciais, contemplando teoria e prática de forma indissociável, para a construção de estratégias pedagógicas voltadas para os anos iniciais, sempre pautadas nas discussões realizadas anteriormente com o público alvo, ou seja, não é um projeto construído apenas pelo grupo de docentes e estudantes da Universidade, pelo contrário, desde a concepção inicial tem ocorrido reuniões periódicas com professores da rede municipal, buscando assim integrar o conhecimento escolar e acadêmico.

Neste texto objetiva-se apresentar reflexões oriundas das 04 oficinas pedagógicas realizadas de abril a junho de 2019.

Figura 01. Imagem da Oficina 02/05/2019



Fonte: Curso de Formação de Professores
Autoria: GOMES, F. M.

A oficina realizada no dia 02/05/2019, as professoras além de socializar as experiências na sala de aula, construíram materiais didáticos com materiais com baixo custo, como E.V.A., papel pardo e canetinhas coloridas o mapa do corpo, globinhos com sulfite, barbante e bolinhas de isopor de 12mm.

As escolas de forma geral não possuem materiais paradidáticos disponíveis, as professoras durante o curso, construíram e levaram esse material para as respectivas escolas que estavam representando.

Figura 02. Maquete do Estado do Paraná



Fonte: Curso de Formação de Professores
Autoria: GOMES, F. M.

A figura 02, a construção da maquete do estado do Paraná, foi necessário a impressão do mapa hipsométrico do Paraná, fazer os moldes em papel paraná para distribuir para os professores reproduzirem a maquete na oficina no curso. Cada escola mandou os materiais, de acordo com a listagem previamente disponibilizada, para a construção das mesmas e após finalizadas essas maquetes foram deixadas para as escolas.

Figura 03. TV Cidade



Fonte: Curso de Formação de Professores
Autoria: GOMES, F. M.

A figura 03, foi a construção de uma TV que pudesse ser utilizada para a contação de histórias, demonstrar para os alunos o cliço da água. O material utilizado foi lápis de cor, caixa de sapato, botões, E.V.A e papel pardo. Os temas foram relacionados as categorias geográficas (paisagem, território, entre outras). A figura acima citada foi utilizada para contar a formação histórica do município de Foz do Iguaçu.

Figura 04. Maquete de Tipos de ilhas, baía



Fonte: Curso de Formação de Professores
Autoria: GOMES, F.M.

A figura 04, apresenta a técnica de construção de maquete de diversas formas de paisagens e relevo utilizando argila, tinta guache, serragem, papéis coloridos. Os professores construíram ilhas, baías, praias, vulcões entre outros, com o objetivo de replicarem para suas respectivas turmas.

Figura 05. Retorno dos professores das atividades aplicadas em sala de aula após a realização das oficinas



Fonte: Curso de Formação de Professores
Autoria: GOMES.F.M

Já a figura 05, retrata a devolutiva dos professores, com as atividades aplicadas em sala de aula relacionadas a identificação do bairro, do caminho de casa para a escola, trabalhado anteriormente com os professores, e os mesmos relataram a diferença desta atividade aplicadas antes e depois do curso de formação.

Figura 06. Globo terrestre em dobradura na folha sulfite



Fonte: Curso de Formação de Professores
 Autoria: GOMES, F. M.

A figura 06, nos mostra as diversas possibilidades de construir globos terrestres em dobradura, a partir deles, podemos trabalhar em sala com os alunos, as zonas térmicas, os continentes, os meridianos entre outros conteúdos pertinentes a disciplina de Geografia no Ensino Fundamental-Anos Iniciais

Figura 07. Mapa do Corpo x Meridiano com o Mapa Mundi



Fonte: Curso de Formação de Professores
 Autoria: GOMES, F. M.

Por fim, a figura 07, nos revela de como trabalhar o mapa do corpo e correlacionar com o Mapa Mundi, trabalhar em sala com os trópicos, hemisférios, direções, com o mapa no chão ao lado do mapa do corpo desenhado pelos alunos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evolução histórica e econômica de Foz do Iguaçu, nos fornece algumas pistas do perfil da educação básica do município. A falha na oferta de vagas para a educação infantil (creche e pré-escola) ofertada pelo município, o alto número de alunos que frequentam a modalidade da Educação de Jovens e Adultos – EJA ofertada pela rede estadual de educação, nos mostra a fragilidade no sistema educacional brasileiro bem como ela se reflete localmente.

Por outro lado, o município de Foz do Iguaçu, possui um alto rendimento no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica-IDEA, que já foi destaque nacionalmente. Essa contradição na educação básica local, lança luz as políticas públicas e aos rumos que a educação tem tomado no país.

Nessa lógica de avaliações de desempenho começam a surgir conflitos entre a formação continua dos professores, exigidas por lei e até mesmo para a ascensão profissional nos planos de carreira docente, com o treinamento de alunos que saibam resolver as avaliações aplicadas.

O IDEA, foi um divisor de águas nesse quesito, a partir de 2007, escolas de todo Brasil receberam suas metas a serem atingidas, a cada 2 anos é aplicada a Prova Brasil no Ensino Fundamental – Anos Iniciais (5º ano), para verificar o desempenho dos alunos nas provas de português e de matemática. Além dos resultados das provas o IDEA é composto pelo fluxo escolar (quantidade de alunos que entram e concluem o ano), o índice de aprovação, essas informações são retiradas do Censo Escolar que ocorre anualmente.

Observa-se que um dos problemas criados pelo IDEA é a aprovação direta dos alunos, muitas vezes, eles não teriam condições de avançar para a serie ou ano seguinte, e os mesmos são aprovados, por meio de recuperações extras, conselhos de classe.

Essa falha vai ser percebida ao longo da trajetória escolar dos alunos, eles chegam ao Ensino Médio sem saber interpretar mapas, tabelas, identificar as categorias geográficas em textos literários, imagens, pois, o desenvolvimento do raciocínio geográfico

não foi desenvolvido corretamente nas séries anteriores.

Por outro lado, eles são bons copistas e reprodutores de conteúdos, a aprendizagem de fato não se realiza, eles decoram para fazer as provas, marcam aleatoriamente as alternativas apenas para contagem do quórum mínimo para a realização dessas avaliações.

Essa contradição de qualidade no ensino e a formação contínua de professores, muitas vezes se reflete na sala de aula, os professores não possuem tempo para se atualizar, devido a própria demanda do trabalho e a cobrança em cima dos conteúdos a ser trabalhados, principalmente no Ensino Fundamental-Anos Iniciais (1º ao 5º ano), na fase de alfabetização, realizado por pedagogos que não tem uma formação adequada para ensinar áreas específicas (geografia, história e ciências).

O conflito da formação continuada dos professores e a cobrança pelo alto rendimento em avaliações, favorece as instituições que promovam formações em Ead (Educação à distância). Essa percepção foi notada durante o curso de formação que não foi renovado com a universidade por parte da secretaria municipal de educação justamente por ser o ano da aplicação da Prova Brasil (um dos componentes do cálculo do IDEB) e os professores precisavam focar nos conteúdos que possivelmente estariam presentes na avaliação.

A parceria firmada entre o município e a Unila, possibilitou a troca de experiências entre os professores da rede municipal e os alunos no primeiro momento houve uma certa desconfiança por parte dos professores, mas após a primeira oficina e as atividades práticas, que os educadores perceberam que muitas práticas e a forma de trabalhar o conteúdo já vem sendo realizado em sala.

Os professores se sentiram reconhecidos naquele momento inicial, ao realizar as oficinas propriamente ditas e os professores construírem seus materiais didáticos e paradidáticos com materiais alternativos foram identificadas as falhas no processo de formação em si dos professores e como a formação continuada é falha por parte do mantenedor, nesse caso o município de Foz do Iguaçu.

O curso nos mostrou a dificuldade dos professores do Ensino Fundamental I em desenvolver a alfabetização cartográfica, o raciocínio geográfico, principalmente na

construção dos materiais como a maquete, a relação do mapa do corpo com as escalas geográficas, na orientação com a bússola e os mapas trabalhados em sala, a utilização do globo terrestre e a sistematização das estações do ano, projeção dia/noite.

A forma que os professores da aprendem, elas aparentam o perfil sinestésico de aprendizado, ou seja, aprendem enquanto realizam as atividades, as aulas teóricas os participantes do curso apresentaram dificuldade na compreensão, muitas dúvidas foram sanadas durante a realização das atividades práticas, porém, a dificuldade para a realização das atividades práticas era evidente e ao mesmo tempo compreensível, por serem pedagogos e não geógrafos.

O retorno das atividades propostas nas oficinas e a aplicação na sala de aula com os alunos, foram satisfatórias, o que foi aprendido durante o curso, elas conseguiram reproduzir em sala de aula, esse retorno foi realizado através de relatos e fotos das atividades com os alunos.

A descontinuidade do curso de formação foi a principal queixa relatada pelos professores da rede municipal de ensino, justamente para que eles vençam o conteúdo e focassem na Prova Brasil que foi aplicada em novembro de 2019.

Contudo os objetivos propostos com o curso foram alcançados, como a promoção do fomento de ações, com a finalidade de estabelecer trocas de experiências propiciando um espaço de reflexão relacionados à formação inicial e continuada de professores, com ênfase nas práticas docentes no cotidiano escolar.

A aproximação o ensino superior (geografia da Unila) da rede municipal de ensino de Foz do Iguaçu; a confecção de materiais didáticos voltados ao ensino de geografia; a construção de aprendizagens significativas para o grupo envolvido; a divulgação dos trabalhos desenvolvido junto ao curso de Geografia, grau licenciatura da Unila e principalmente as contribuições para melhoria da qualidade do ensino nas séries iniciais de Foz do Iguaçu.

Perante a importância da formação continuada para nós professores de forma geral, devemos refletir sobre o “ensinar”, diariamente ensinamos, em qualquer ambiente, onde estiver pessoas terá alguém para ensinar e outro para aprender. Por isso deixo uma breve reflexão do ato de ensinar nos dias de hoje...é um dom, talento, ofício ou

uma simples profissão? Afinal o que é ensinar?

É apenas estar disponível para aprender e a certeza que sempre teremos algo a aprender. É um ato político, social, um gesto de humanidade talvez... Ensinar se traduz em um palavra...paciência...

É doar não apenas conhecimento, mas um pouco de si, sem receber nada em troca ou é receber de outras formas como um olhar sincero, o reconhecimento fora do ambiente escolar...

Ensinar não é apenas o ato de instruir, transmitir conhecimento, é possibilitar a construção de estradas e pontes que podem dar acesso a um mundo de possibilidades e oportunidades...é um caminho sem volta.

O dom de ser professor é para poucos, o talento também, o ofício ou profissão é para qualquer um que esteja disposto a reproduzir o que está posto. Mas Ensinar vai além das aparências, da consciência é um eterno viver subjetivo sem saber ao certo onde vai chegar e o que vai acontecer, ultrapassa a barreira dos conteúdos e do cotidiano escolar...é um aprender constante.

Ensinar é uma travessia que leva as pessoas a ter esperança em um futuro incerto, que a vida pode ser melhor, melhor do que hoje...Ensinar como o talento, como a arte de ouvir e perceber o grito de atenção de pessoas que não sabemos de fato quem são, mas eles sabem que podemos ser a ponte que extrapola o profissional e vai para o ser humano...

Podemos nos considerar heróis sem capa...reconhecemos dons, fraquezas, pontos fortes, qualidades, competências e habilidades nos outros em meio a uma realidade dura, quase inóspita, encontramos muitas árvores secas, mas também lindas flores que nos motiva a continuar...

Afinal Ensinar vai além do ofício, do conhecimento transmitido, do dom, das reflexões constantes sobre o que é ser professor na atualidade, é um ato de disciplina ou da indisciplina mediante as condições postas pelo sistema educacional... é um ofício para muitos, já para outros é um dom... o dom de mudar vidas de acreditar no incerto e aprender que ensinar é um ato de resistência, paciência e serenidade...

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. D. **O espaço geográfico**: ensino e representação/Rosângela Doin de Almeida, Elza Yasuko Passini 15 ed., 8ª reimpressão. São Paulo: Contexto 2015

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional de 5 de outubro de 1.988**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações 2016.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. **PNA Política Nacional de Alfabetização**/Secretaria de Alfabetização. – Brasília : MEC, SEALF, 2019. Disponível em:< http://portal.mec.gov.br/images/banners/caderno_pna_final.pdf> acesso em novembro/2019.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. **Lei 13.005/2014 - Plano Nacional de Educação**. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm> Acesso em junho/2019.

_____. **LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. – 2. ed. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018. Disponível em:< http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12907:legislacoes&catid=70:legislacoes > Acesso em junho/2019

CALLAI, Helena Copetti. Estudar o lugar para compreender o mundo. In CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos (org.) **Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. 2 ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2002, p. 83-134.

CAVALCANTI, L.S. **Geografia e Práticas de Ensino**. Goiânia: Editora Alternativa, 2002.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT. Pedra fundamental da segunda ponte entre Brasil e Paraguai é lançada em Foz do Iguaçu. Disponível em:< <http://www.dnit.gov.br/noticias/pedra-fundamental-da-segunda-ponte-entre-brasil-e-paraguai-e-lancada-em-foz-do-iguacu-pr> > Acesso em agosto/2019

FERREIRA, J. C. V. **Municípios paranaenses**: origens e significados de seus nomes / autor João Carlos Vicente Ferreira; coordenador Renato Augusto Carneiro Junior; equipe de pesquisa Cíntia Maria Sant’Ana Braga Carneiro, José Luiz de Carvalho, Myriam Sbravati. – Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2006. Disponível em: <http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/Produtos_DGEO/Divisas_Municipais/Origens_Significados_nomes_municipios_pr.pdf >acesso em agosto de 2019.

FUSARI, J. C. **Formação contínua de professores**: o papel do Estado, da Universidade e do Sindicato. In: Anais do IX ENDIPE, v.1, Águas de Lindóia-SP, 4 a 8 de maio de 1998, p. 529-561.

GATTI, B. A. **Professores do Brasil**: novos cenários de formação / Bernardete Angelina Gatti, Elba Siqueira de Sá Barretto, Marli Eliza Dalmazo Afonso de André e Patrícia Cristina Albieri de Almeida. – Brasília: UNESCO, 2019. Disponível em < <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/ia/about-this-office/single->

view/news/professores_do_brasil_novos_cenarios_de_formacao/> Acesso novembro/2019

GOMES, F.M. Crocetti, Z.S. *O dinamismo do circuito inferior na economia urbana na Vila Portes em Foz do Iguaçu* (1998-2015). Disponível em: <<http://dspace.unila.edu.br/123456789/3480>> Acesso em agosto/2019

HYPÓLITO, D. (2004) *Repensando a Formação Continuada*. <http://www.conteudoescola.com.br/site/content/view/100/42/> acesso 20/09/2005

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e para a incerteza**. São Paulo: Cortez, 2001. Coleção Questões da nossa época. Vol. 77.

INTAL. Informe MERCOSUL numero 3 : julho-dezembro 1997 (Subregional Integration), Capítulo V Infraestrutura p.41-44 disponível em:< https://books.google.com.br/books?id=BTxF5dParK8C&pg=PA41&lpg=PA41&dq=principais+projetos+de+integra%C3%A7%C3%A3o+mercosul+1997&source=bl&ots=yDz4RPyLyW&sig=ACfU3U0aQV2JN_3h1TPQP9kOPPzDeDVNKA&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwj6tbfA95vkAhXhtIkKHWI5BOw4ChDoATAAegQICRAB#v=onepage&q=foz&f=false > Acesso em agosto/2019

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA –IBGE. *Foz do Iguaçu*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/foz_do_iguacu/histórico>. Acesso em setembro de 2019

INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOLOGIA DO PARANÁ - ITCG. Coletânea de mapas históricos do Paraná. Disponível em:< http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/livro/mapas_itcg3.html> Acesso em agosto/2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PERQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA –INEP. Indicadores educacionais. Disponível em: <<http://inep.gov.br/web/guest/indicadores-educacionais>>. Acesso em novembro/2019.

_____. Educação Básica. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/inep-data>>. Acesso em novembro/2019.

_____. Consulta Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. Disponível em: < <http://inep.gov.br/consulta-ideb>>. Acesso em novembro/2019.

_____. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB por escola. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/ideb/resultados>>. Acesso em novembro/2019.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. Oeste paranaense: o 3. Espaço relevante: especificidades e diversidades / Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. – Curitiba: IPARDES, 2008. Série: Estudos Os Vários Paranás.

KIMURA, S. **Geografia no ensino básico: questões e propostas**. 2 ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018

LESANN, J. **Geografia no ensino fundamental I**. 1 ed. Belo Horizonte, MG: Fino Traço,

2011

LIBÂNEO, J.C. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**. 5 ed. Editora Alternativa 2004. Material para uso exclusivo didático, não contem número de páginas.

LIMA, P. **Foz do Iguaçu e sua história**. 1.ed. Foz do Iguaçu, 2001.

MIZUKAMI, M.G.N. **Ensino**: as abordagens do processo. São Paulo E.P.U, 1986

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA –UNESCO. **Educação 2030**: Declaração de Incheon. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000245656_por> Acesso novembro/2019.

PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar**; trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. *História da Cidade*. Disponível em <<http://www.pmf.pr.gov.br/conteudo/?idMenu=1007>> Acesso em agosto/2019

_____. Plano Municipal de Educação. LEI Nº 4341, DE 22 DE JUNHO DE 2015 Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/plano-municipal-de-educacao-foz-do-iguacu-pr>> Acesso em novembro/2019.

_____. LEI Nº 4631, DE 23 DE JULHO DE 2018. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/pr/f/foz-do-iguacu/lei-ordinaria/2018/463/4631/lei-ordinaria-n-4631-2018-altera-o-anexo-unico-da-lei-n-4341-de-22-de-junho-de-2015-que-aprova-o-plano-municipal-de-educacao-do-municipio-de-foz-do-iguacu-pme-e-da-outras-providencias>> Acesso em novembro/2019.

PRIORI, A. História do Paraná: séculos XIX e XX / Angelo Priori...[et al.], O Território Federal do Iguaçu. pp. 59-74 Maringá: Eduem, 2012. Disponível em:<<http://books.scielo.org/id/k4vrh/pdf/priori-9788576285878-06.pdf>> Acesso em agosto/2019.

SANTOS, M.. Circuitos espaciais da produção: um comentário. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SANTOS, Milton. **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986. p. 121-134

_____. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**/Milton Santos, Maria Laura Silveira. 17 ed. Rio de Janeiro: Record, 2013

SILVA, M. A. . **Breve História de Foz do Iguaçu**. Foz do Iguaçu: epígrafe, 2014.

VIEIRA, Noemia Ramos. **As questões das geografias do ensino superior e do ensino fundamental a partir da formação continuada do professor e das categorias lugar, paisagem, território e região**: um estudo da diretoria regional de ensino de Marília-SP.